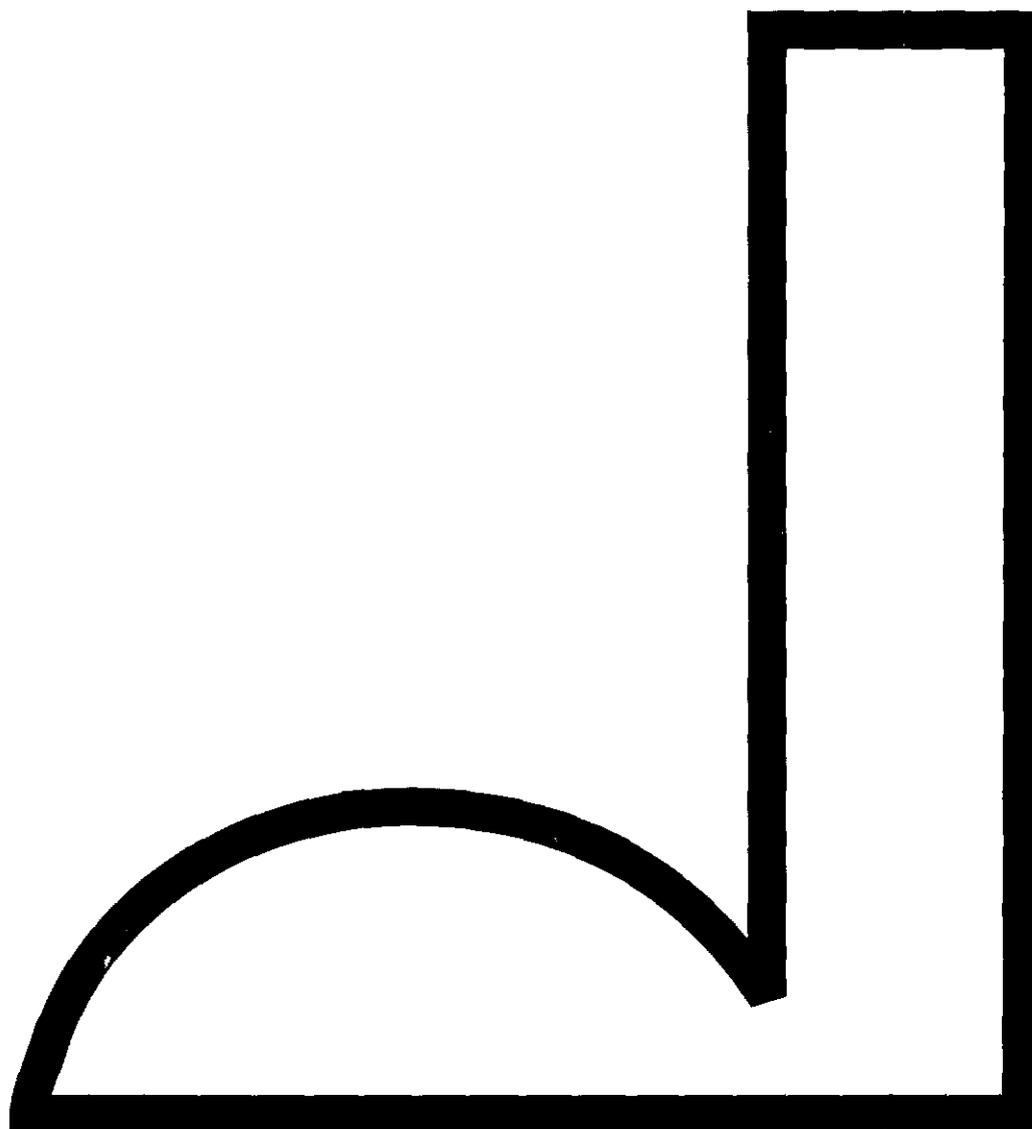




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente <i>Antônio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i></p> <p style="text-align: center;">1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p style="text-align: center;">2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i></p> <p style="text-align: center;">4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúcio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>	
<p style="text-align: center;">CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>	<p style="text-align: center;">PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">Lider <i>José Roberto Arruda</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p style="text-align: center;">Lider <i>Hugo Napoleão</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p style="text-align: center;">Lider <i>Jader Barbalho</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13</p> <p style="text-align: center;">Lider <i>Marina Silva</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PSDB – 13</p> <p style="text-align: center;">Lider <i>Sérgio Machado</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Juca</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p style="text-align: center;">Lider <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p style="text-align: center;">Lider <i>Paulo Hartung</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p style="text-align: center;">Lider <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;"><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudonor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 14, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão do Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.	03623
Nº 15, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal São Miguel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná.	03623
Nº 16, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Imaculada Conceição para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.	03623

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 6ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2000

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicações da Presidência

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 671, de 1999 – Complementar, de iniciativa da CPI do Poder Judiciário, que altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), da Lei nº 4.591/64 (Lei de Condomínios e Incorporações) e do Decreto-Lei nº 7.661/45 (Lei de Falências). Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

03624

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 13, de 2000, que autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde para com a República Federativa do Brasil, no valor de sete milhões, duzentos e noventa e

três mil, oitocentos e três dólares norte-americanos e vinte centavos, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, cujos créditos passaram a integrar, por força da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991, o Programa de Financiamento às Exportações – PROEX. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

03624

2.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR *GILVAM BORGES* – Homenagem ao servidor público, Dr. José de Queirós Campos, pelos serviços prestados ao Congresso Nacional.

03624

SENADOR *LÚDIO COELHO* – Homenagem póstuma ao ex-Senador Rachid Saldanha Derzi.

03626

SENADOR *JEFFERSON PÉRES* – Considerações sobre a chamada Lei da Mordaza, que proíbe juizes, membros do Ministério Público e delegados de polícia de prestarem informações acerca de casos sob investigação.

03627

SENADOR <i>ARTUR DA TÁVOLA</i> – Questionamento ao uso de propaganda comercial, sob a forma de <i>merchandising</i> , em livros didáticos.....	03628	autoria, que prevê regulamentação rígida para produtos e medicamentos vendidos por meio de propaganda em televisão.	03646
SENADOR <i>TIÃO VIANA</i> – Descaso do Poder Público com a defesa da região amazônica. Denúncia da venda ilegal, para estrangeiros, de terras indígenas no Alto Xingu, Estado do Pará....	03630	2.2.3 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADORA <i>MARLUCE PINTO</i> – Defesa da elaboração de programas governamentais que tenham por objetivo o desenvolvimento econômico das regiões Norte e Nordeste.	03635	SENADOR <i>EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</i> – Satisfação pelo apoio oferecido pela Tele-Centro-Sul à eventos culturais realizados no Estado do Tocantins.....	03647
SENADOR <i>EDISON LOBÃO</i> – Premência na alocação de recursos para a Justiça Eleitoral, visando a informatização do processo eleitoral no País.....	03641	SENADOR <i>IRIS REZENDE</i> – Homenagem de pesar pelo falecimento do Professor Paulo Rodrigues de Lima, Diretor da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, em Goiânia/GO.	03648
SENADOR <i>ADEMIR ANDRADE</i> – Repúdio à burocracia imposta aos pescadores artesanais para obtenção do seguro-desemprego no período de defeso.	03642	2.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Defesa da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1999, de sua		3 – ATO DO PRESIDENTE	
		Nº 9, de 2000.	03649
		4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de outubro de 1997, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de janeiro de 1993, a concessão de "Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de fevereiro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Jornal São Miguel Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Iguçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de novembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 22 de março de 1995, a concessão de "Rádio Jornal São Miguel Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Iguçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de fevereiro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Fundação Nossa Senhora Imaculada Conceição" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 12 de novembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de "Fundação Nossa Senhora Imaculada Conceição" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de fevereiro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 6ª Sessão Não Deliberativa em 25 de fevereiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Ademir Andrade, Lúdio Coelho
da Sra. Marluce Pinto e do Sr. Jefferson Péres*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 671, de 1999 Complementar, de iniciativa da CPI do Poder Judiciário, que altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), da Lei nº 4.591/64 (Lei de Condomínios e Incorporações) e do Decreto-Lei nº 7.661/45 (Lei de Falências); e

– Projeto de Resolução nº 13, de 2000, que autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde para com a República Federativa do Brasil, no valor de sete milhões, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e três dólares norte-americanos e vinte centavos, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação Finex, cujos créditos passaram a integrar, por força da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991, o Programa de Financiamento às Exportações Proex.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao ilustre Senador pelo Estado do Amapá, Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, venho ocupar a tribuna para fazer uma homenagem especial a uma pessoa que marcou época pela sua competência e dedicação. Ele foi um colaborador do grande trabalho legislativo, a exemplo das taquígrafas, dos vigilantes, tendo feito parte do quadro técnico da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O ano de 2000 marca, como sabemos, o 65º aniversário da morte de Fernando Pessoa, um dos mais inspirados e cultuados autores da língua portuguesa. Em toda a sua obra, podemos encontrar momentos de rara beleza, existindo, porém, um, em particular, que gostaríamos de lembrar aqui nesta tribuna. O trecho que consta das odes de Ricardo Reis, qual seja:

“Cada um cumpre o desejo que lhe cumpre
E deseja o destino que deseja;
Nem cumpre o que deseja,
Nem deseja o que cumpre.”

Essa passagem, por si só de incomparável beleza, não está sendo citada por mero acaso. É uma das preferidas do homem que hoje queremos homenagear, com todos os méritos.

Falamos do Dr. José de Queirós Campos, ilustre brasileiro, servidor aposentado desta Casa e também da Câmara dos Deputados, tendo somado 40 anos de valiosíssima colaboração ao Congresso Nacional. Pernambucano de nascimento, o Dr. Queirós está prestes a completar 80 anos de vida, plena de realizações, cheia de grandes gestos e atos, mas, acima de tudo, exuberante em demonstrações de cidadania, amor ao próximo e à causa pública, principalmente de dedicação às letras, ao ensino e à causa indígena, tendo talvez cumprido o desejo que se lhe cumpria.

Iniciou suas atividades com 11 anos de idade, como orientador da Escola de Formação de Capatazes Agrícolas de Garanhuns. Em 1936, demonstrava o seu interesse precoce pelo jornalismo, tendo fundado e dirigido, em sua cidade natal, Brejo da Madre de Deus, o quinzenário **O Imparcial**. Dois anos depois, na capital do Estado, trabalhou como repórter e redator do **Diário da Manhã** e da **Folha da Manhã**.

Entre 1940 e 1943, já ostentando o título de Professor, ministrava aulas na Escola Prática de Comércio do Recife e dedicava-se à preparação de candidatos aos escritórios mercantis da cidade, ministrando-lhes aulas de gramática, datilografia, matemática, desenho e contabilidade.

Em 1943, bacharelou-se pela tradicional Faculdade de Direito de Recife. Ao final do mesmo ano, com o objetivo claro de ampliar conhecimentos, difundir suas idéias, movido por natural anseio cosmopolita, transferiu-se para o Rio de Janeiro, que, pela sua condição de Capital Federal, era o palco das atividades políticas, econômicas e culturais do País.

Cerca de dois anos depois, embora continuasse a desenvolver sua profícua atividade jornalística no Rio de Janeiro, estabeleceu-se em Jacutinga, pequena cidade do sul de Minas Gerais, onde fundou a Escola Técnica de Comércio e a Escola Normal, sem fins lucrativos, das quais, além de diretor, foi também professor, lecionando português, biologia, pedagogia e história da educação.

Assim, ao longo dos anos, paralelamente à atuação como educador, colocou sua privilegiada pena a serviço de quase todos os grandes veículos da imprensa escrita carioca, como o **Jornal da Noite**, o **Diário dos Estados**, **A Imprensa**, **A Manhã**, **A Pátria**, o **Jornal do Comércio**, **O Jornal**, **O Globo** e o **Correio da Noite**, onde foi chefe de redação e diretor de sucursal. Atuou ainda como correspondente internacional das agências **Transpress**, **Asapress** e **Unitedpress**.

Se no Rio de Janeiro despontava como jornalista conceituado e renomado articulista político, em Jacutinga, além de lecionar, ainda foi Promotor Público, Advogado-Geral do Município e Vereador mais votado pela antiga UDN.

No início dos anos 50, quando o rádio ainda era o meio de comunicação de massa por excelência, organizou e comandou o segmento da **Voz do Brasil** referente à Câmara dos Deputados, dando início a uma nova vertente profissional.

A natural aproximação com as atividades do Parlamento passou a despertar admiração dos parlamentares e políticos da época, credenciando-se, assim, para assumir, em 1956, o cargo de Presidente do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados.

No final daquela década, com o surgimento do veículo de comunicação revolucionador não só do jornalismo, como também de todos os setores do conhecimento humano, o Dr. Queirós criou, redigiu e dirigiu o famoso **Repórter Esso**, na extinta **TV Tupi**, dando seqüência ao retumbante sucesso do programa homônimo no rádio. Na mesma emissora, coordenou o programa **O Índio Não Tem Bandeira**, onde relatava os dramas urbanos da antiga capital.

Consolidando os laços que o vinculavam ao Congresso, prestou concurso para Técnico de Legis-

lação e Orçamento da Câmara dos Deputados, tendo também exercido, por 16 anos consecutivos, o cargo de Assessor Legislativo.

Profundo conhecedor do cotidiano da atividade parlamentar e com sólida reputação profissional junto aos membros da Casa, passou a ter seus trabalhos disputados pelos parlamentares, redigindo um sem-número de estudos, pareceres e discursos, lançando mão de suas reconhecidas qualidades de jornalista, professor, advogado, filólogo e escritor, demonstrando sua predileção pelos temas ligados ao índio, à ocupação racional do território nacional e ao direito constitucional.

Redigiu o manual *A Arte de Elaborar a Lei*, que, aprovado pelo Conselho de Redação da Universidade de São Paulo, é considerado até hoje uma das principais obras escritas no País sobre o tema.

Em 1966, foi titular da Secretaria da Procuradoria-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, à época vinculado ao então Ministério do Planejamento. Presidiu a Comissão de Terras Rondônia-Acre, na qualidade de representante do Ministério do Interior. Foi membro do Conselho Deliberativo do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool e sócio fundador da ABI. No Ministério do Interior, ocupou os cargos de Consultor Jurídico e Chefe da Assessoria de Imprensa.

Os sólidos conhecimentos dos assuntos relacionados aos silvícolas brasileiros acabaram por conduzi-lo a uma cadeira no Conselho Diretor da Fundação Nacional do Índio, onde sua atuação serviu como passaporte para assumir, em 1968, o cargo de Presidente da Funai, a convite do então Ministro, General Afonso de Albuquerque Lima.

Aposentado pela Câmara dos Deputados, prosseguiu sua atividade profissional, reafirmando seus laços profundos e estreitos com o Congresso Nacional. Submeteu-se a novo concurso público para o Senado Federal, tendo sido aprovado, mais uma vez, para o cargo de Assessor Legislativo, especialista em Direito Constitucional.

Nesta Casa também, no curso dos vinte anos de carreira, o Dr. Queirós teve presença marcante, sendo merecedor de profundo respeito e admiração. Formou com os seus companheiros de trabalho, entre os quais Pedro Cavalcanti D'Albuquerque, Théo Pereira da Silva, Jaldiney Pinto de Figueiredo e Edgar Proença Rosa, equipe competente, que, com o fito de bem servir, dedicaram os mais profícuos anos de suas vidas ao Legislativo, deixando, de forma definitiva, seus nomes inscritos na galeria de servidores exemplares do Senado Federal.

Sr. Presidente, cremos, por tudo que foi dito, termos deixado registrado, no início de mais uma sessão legislativa, o ano em que o Dr. Queirós irá completar 80 anos de lutas e glórias, desfrutando hoje de merecida aposentadoria.

Começamos esta justíssima homenagem citando Fernando Pessoa e iremos encerrá-la com as palavras do mesmo poeta: "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena".

Ao amante das letras e das artes, profissional competente, servidor público sempre lembrado por sua honradez, seriedade e dedicação, com a convicção de contarmos com o apoio e a aprovação dos presentes, homenageamos o Dr. Queirós por todos os sonhos que cumpriu e representou.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de ser assessorado pelo Dr. Queirós quando eu era Deputado Federal, pois, quando cheguei ao Senado, ele estava aposentado. Não conheci eficiência como a sua nos meus poucos anos de Congresso Nacional. Homem de uma cultura fabulosa, as consultas que lhe fazia, mesmo por telefone, sobre projetos de lei ou temas de meus pronunciamentos, eram-me respondidas em até 24 horas.

Estive no Rio de Janeiro e fiz uma visita a esse homem de cultura. Disse-lhe: "Dr. Queirós, quando retornar a Brasília, irei fazer uma homenagem ao senhor pelos longos anos de trabalho que prestou ao Congresso Nacional".

Ao Dr. Queirós, que goza da sua aposentadoria no Rio de Janeiro, cercado pelo calor da família, o nosso reconhecimento e a nossa gratidão pelo que fez pelo Congresso Nacional e, por conseguinte, ao País.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja encaminhado ao Dr. Queirós, acrescido da homenagem desta Mesa, que acredito ser justa. É um homem de moral e de cultura, que trabalhava 16 horas por dia, atendendo a todos com a maior boa vontade e com reconhecida competência. Meu muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Nobre Senador Gilvam Borges, a solicitação de V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nesta sexta-feira, dirigindo-me especialmente à população do meu Estado,

Mato Grosso do Sul, desejo prestar uma homenagem ao ex-Senador Rachid Saldanha Derzi e a sua esposa Edviges, da qual sou irmão e que ainda permanece entre nós.

O Senador Saldanha Derzi, político por mais de 50 anos, é uma referência para a atividade política de qualquer cidadão. Foi Vereador em Ponta Porã, Prefeito de Ponta Porã por duas vezes – na primeira, nomeado, e na outra, eleito –, Deputado Federal por 16 anos, Senador por 24 anos. Portanto, dedicou-se 10 anos à Prefeitura de Ponta Porã e 40 anos ao Congresso Nacional.

Recentemente, conversando com um companheiro, dizíamos que a atividade política é muito semelhante à atividade artística. O político precisa desempenhar a sua atividade de uma maneira que tenha o apoio e a aprovação da população, assim como o artista, que só permanece na sua atividade enquanto a população aprova o seu desempenho.

Homenageio Rachid pela persistência de exercer a atividade política numa época difícil do nosso Estado – nos anos 40, as coisas eram bastante diferentes de hoje. Ele foi um vencedor: venceu quase todas as eleições que disputou. Embora não exercesse cargo legislativo nem executivo, eu militava na política e, algumas vezes, fui companheiro dele; outras, adversário.

Homenageio também Edviges pela paciência, pelo esforço e pelo apoio que deu permanentemente ao seu companheiro nas inúmeras disputas eleitorais de que participou durante toda a sua vida.

Portanto, fica a minha homenagem ao Rachid Saldanha Derzi, que faleceu há poucos dias em Campo Grande, aos oitenta e três anos, e também à sua esposa, Edviges, e aos seus filhos, Deputado Federal Flávio Derzi e Carlos Magno, pecuarista no nosso Estado, como foi Rachid. Além de político, condecorado por nações estrangeiras e membro de inúmeras comissões neste Senado, Rachid foi criador entusiasmado de gado nelore. Eu sempre brincava muito com ele, porque, no começo, quando começou na atividade pecuária, ele dizia que criava nelore e ninguém sabia; mas, depois, transformou-se num criador importante para o nosso Estado, principalmente na região de divisa com o Paraguai.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reza a Declaração de Chapultepec, aprovada pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão: "Uma imprensa livre é condição fundamental para que as sociedades resolvam seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam sua liberdade (...). Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício desta não é uma concessão das autoridades; é um direito inalienável do povo."

Penso que os corajosos princípios condensados nesse pequeno trecho deveriam orientar este Senado na apreciação do projeto de lei que proíbe juízes, membros do Ministério Público e delegados de Polícia de darem informações acerca de casos sob investigação. À proposição, a opinião pública e a imprensa logo pespegaram a apropriada alcunha de Lei da Mordaça.

Antes de mais nada, posso compreender a motivação do legislador, cioso das conseqüências sérias e, por vezes, irreparáveis de prejulgamentos e manifestações precipitadas, para não falar dos cada vez mais freqüentes "vazamentos" clandestinos à imprensa.

Entretanto, quero fazer minhas as palavras do professor de Ética Jornalística, Carlos Alberto Di Franco, quando afirma que possíveis exceções não podem de forma alguma invalidar a regra. Por outro lado, salienta o professor, um excesso de cautela jurídica pode, inadvertidamente, funcionar como "aliado da impunidade".

Basta recordar aqui alguns exemplos recentes do papel fundamental exercido pelo Ministério Público e por uma imprensa investigativa no desmascaramento e na punição de escândalos de corrupção envolvendo altas autoridades, tais como o do esquema PC/Collor; o dos "anões do Orçamento"; o da extorsão contra camelôs e praticada por fiscais da prefeitura de São Paulo, em conluio com vereadores; o do desabamento do "Edifício Palace II", em razão de criminosa irresponsabilidade da construtora pertencente ao ex-Deputado Sérgio Naya.

Bem sabemos, Sr. Presidente, que é preciso fortalecer a proteção da intimidade e a salvaguarda da presunção de inocência de quem está sendo investigado, a fim de evitar as "condenações sem julgamento" e os "linchamentos morais", que, por vezes, repito, acarretam prejuízos irreparáveis à reputação de pessoas inocentes – mas não ao preço de sacrificar a liberdade de informação ou de intimidar e estorvar juí-

zes, promotores ou policiais no exercício de suas funções.

Talvez a maior conquista da cidadania nos últimos anos tenha sido a mudança cultural que nos permitiu superar o reflexo condicionado de medo e cinismo, herança dos anos de chumbo da ditadura militar, para encarar os desvãos mais sombrios da política, para tirar os esqueletos do armário, para lancetar velhos tumores e para exigir o fim da impunidade, numa ampla, profunda e genuína catarse da consciência nacional.

Somente avançando nesse caminho – e não dele recuando – é que a sociedade brasileira desenvolverá os anticorpos morais tão necessários para cobrir exorbitâncias e injustiças cometidas por jornalistas inescrupulosos, editores pouco criteriosos, promotores açodados, juízes sedentos de destaque na mídia, delegados não menos ansiosos pelas câmaras, microfones e manchetes.

No caso particular do Judiciário, que, por força da Constituição, é mecanismo que só pode entrar em funcionamento se acionado pela sociedade ou por este legal e legítimo guardião do interesse público, o Ministério Público, no caso do Judiciário, repito, a conduta das autoridades não tem a balizá-la apenas os rígidos dispositivos de Lei Orgânica da Magistratura, outorgada em 1977 pelo general-presidente Ernesto Geisel no bojo do "pacote de abril" em plena vigência do AI-5. Para além da lei, há que se enfatizar o velho e salutar costume que impõe ao juiz manifestar-se tão-somente "nos autos".

Trata-se de uma exigência de discrição e sobriedade muito mais rígida do que a imposta aos titulares do Executivo ou do Legislativo, num reconhecimento tácito de que o único Poder não eleito deve estar cingido por obrigações adicionais que o mantenham responsável perante a sociedade.

Não quero, porém, desviar-me da motivação do meu pronunciamento nesta manhã, qual seja a de condenar o projeto da "lei da mordaça" como um casuísmo retrógrado que conspira contra o direito do cidadão de se informar livremente sobre fatos relativos a autoridades e instituições que afetam o conjunto da sociedade.

Só poderemos cobrar responsabilidade e punir os excessos e desvios daqueles que por dever do ofício lidam com essas informações, na mídia ou no aparelho do Estado, se estivermos dispostos a preservar seu direito de desempenhar tal missão na mais ampla e completa liberdade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na semana anterior a esta, os jornais, principalmente o **Jornal do Brasil**, no Rio de Janeiro, publicaram uma espécie de alerta sobre o uso de propaganda em livros didáticos. Creio que essa não é uma matéria irrelevante e, sim, uma matéria que deve merecer a atenção profunda do Senado, da Câmara, do Congresso.

Pela reportagem, uma série de editoras não estão a fazer propriamente a propaganda direta de produtos inserida no livro; elas realizam a chamada propaganda de **merchandising**, que é, na linguagem publicitária, aquela propaganda colocada nos pontos de venda. Por exemplo, se estamos numa farmácia e ali há um cartaz com alguém tomando sal de frutas – nem existe mais sal de frutas –, aquilo é um **merchandising**, ou seja, o fato de, no ponto de venda, lembrar ao consumidor a possibilidade de comprar mais um produto. É uma técnica válida nos arraiais da propaganda, e muito usada.

O **merchandising** é muito usado também na televisão. E foi usado, durante muito tempo, no cinema, principalmente no cinema norte-americano. Em uma determinada cena, o ator, diante de um impacto emocional, imediatamente saca não de uma arma, mas de um cigarro, com o qual atenua a sua tensão, teoricamente. Ou era inevitável nos filmes norte-americanos, principalmente nos das minha geração, que, em qualquer discussão, o ator tomasse um gole de uísque. Ou, no velho faroeste, que conhecemos tão bem, Sr. Presidente, a clássica talagada no bar onde se davam os principais tiroteios. Sempre se associava um momento de tensão, um momento de dificuldade à cura com um gole de álcool ou com uma tragada de cigarro.

Posteriormente, a publicidade evoluiu e, ao invés de associar o produto exclusivamente a momentos de tensão ou de dor, de modo até mais hábil, passou a associá-lo a momentos de alegria. Veja V. Ex^a que, por exemplo, a propaganda de cerveja no Brasil está sempre associada a uma pessoa alegre, a um momento de gol, à Copa do Mundo, ao esporte, a um momento de vibração no qual, fora da plenitude do seu juízo crítico, o ser humano, com o maior prazer, é capaz de ingerir uma talagada, um gole.

O Brasil tem, hoje, cerca de 12 milhões de alcoólatras. E a propaganda, não somente o **merchandising**, segue intacto.

As telenovelas também são veículo desse tipo de propaganda. Nada contra, é um processo válido. E ele depende apenas da inteligência do consumidor de compreender o mecanismo e, diante dele, se comportar, dominando-o.

Agora, o **merchandising** em livros didáticos é algo que merece meditação muito funda da sociedade. Por quê? A sociedade de consumo é tentacular. Possui tentáculos que vão crescendo, como se fosse um grande polvo, à medida que o processo se desenvolve.

Vejam V. Ex^{as} que a sociedade de consumo se infiltra muito além daqueles segmentos exclusivamente voltados para o consumo direto, ou seja, para os consumidores, para quem pode pagar. Verifiquemos o que acontece na programação infantil dos canais de televisão. Ela é quase toda montada em cima de propaganda de produtos para criança, ou do induzimento da criança a levar os pais ao consumo. Ora, o que são os programas infantis, já que os juvenis praticamente não existem na televisão? São projetos de formação precoce de cidadãos? Não, de consumidores.

A sociedade de consumo, com muita habilidade, entra nos processos e busca ganhar consumidores crescentes. Sei que isso traz um dinamismo à atividade econômica que deve ser respeitado. Porém não podemos, sob esse argumento, ficar sujeitos a um predomínio dos ideais, dos conceitos e dos valores da sociedade de consumo sobre os demais valores da vida, sob pena de termos, então, uma reversão de expectativa.

Recordo-me de uma observação do Padre Fernando de Bastos Ávila, que foi meu professor, eminente sociólogo e hoje membro da Academia Brasileira de Letras: "Antigamente eram os valores que determinavam o consumo. Hoje é o consumo que determina os valores." Sem dúvida, toda valorização individual na sociedade de consumo, que é destacada pelas colunas sociais, pelas revistas, tem a ver com a capacidade de consumo que está ali destacada.

Quanto mais a pessoa consome, maior é o seu nível de repercussão social. E mais: quanto maior é o índice de supérfluos nesse consumo, mais prestígio social tem o indivíduo. Ele é um dos dez mais elegantes, ele anda em uma BMW, ele vai para uma ilha tal, ele voa de helicóptero, ou seja, a valorização se identifica com o consumo. E toda aquela carga de valores de vida, que foi construída por um pensamento que evoluiu, por um tipo de escola que incutiu valores éticos, morais, de cidadania, de civilidade, de educação, estéticos, tudo aquilo que a escola, durante muitos anos, buscou levar ao educando vai gradativamente

cedendo lugar a uma outra noção de valores que deriva da capacidade de consumo de cada pessoa. Isso leva a sociedade a uma busca desordenada de consumo para obter um tipo de prestígio compatível com essa busca desordenada, o que apenas faz crescer a lucratividade do processo.

Esse é um fenômeno da sociedade de consumo, do capitalismo. O capitalismo busca o lucro e o progresso. É evidente que há inúmeros aspectos positivos nessa busca: existe a competição, a livre concorrência – pelo menos teoricamente – o acicate para que as pessoas produzam. Agora, esse processo não é um valor em si mesmo; esse processo é um mecanismo de desenvolvimento da produção e do progresso. Nos países capitalistas com boa formação educacional, com sólida presença da instituição escolar na formação da população, esse processo existe, mas há, do outro lado, a inteligência do consumidor, há uma sociedade capaz de olhar para o mundo e fazer não do consumo o valor principal, mas da vida, da espiritualidade, do intelecto, das idéias; há uma sociedade que faz da sua ética, do seu senso estético o conjunto de valores que formam uma personalidade.

Uma das razões indiretas, Sr. Presidente, Sr^{es} e Senadores, da violência que grassa na sociedade brasileira está na exacerbação do apetite de consumo. Imaginem uma favela na qual, por acesso a uma televisão colorida, as pessoas tenham a presença de sedutores produtos – que de fato o são, até contemplando o lado positivo da produção industrial –, que dão prazer a quaisquer pessoas, inclusive às pobres, porque são práticos, saborosos. Quem pode resistir sobretudo nós, desmetabólicos, que não podemos comer açúcar com a fartura com que o fazem alguns felizardos – a uma sorvete em **big close** na televisão, com a sua formação sendo feita gradativamente e sobre o qual caem saborosas balas jujubas e outros adinfculos capazes de torná-lo cada vez mais saboroso? Ninguém. Quem pode resistir àquele delírio de velocidade que a indústria automobilística vende como qualidade intrínseca dos seus automóveis?

Na medida em que se aumenta a cobiça, ela se torna propulsora de um mecanismo que acaba por invalidar o próprio sistema.

Hoje, as classes médias, as classes ricas, produtoras de progresso, vivem entre grades com sistemas eletrônicos, constantemente assaltadas por um tipo de sociedade que elas mesmas estão criando ou na qual atuam sem consciência crítica. Essa mesma sociedade gerou um apetite de consumo desordenado nos setores que, não encontrando no País um justo processo de distribuição de riqueza que lhes dê

acesso a esse consumo, vão buscá-lo pela via da marginalidade.

Por tudo isso, Sr. Presidente, por esse fenômeno, temos que compreender que a publicidade em livro didático deve ser rechaçada, como, aliás, fez o Ministro da Educação, tachando-a de absurda de um modo frontal, porque ela já começou a se infiltrar.

A matéria do **Jornal do Brasil** não caracteriza um **merchandising** em profundidade, porque, nesse momento, ela ainda vem sob a forma, digamos assim, da coincidência. Por exemplo, no livro **Geografia e Participação**, a lição sobre os estados da água na natureza é ilustrada com uma garrafa de guaraná. Está ali implícita uma propaganda. Em outros livros, como **Matemática**, da 5ª série, um exercício, na página 25, reproduz uma fotografia da lata de Nescau e estimula que o estudante calcule o tamanho do rótulo na embalagem cilíndrica. E o **Jornal do Brasil** cita vários outros casos de propaganda indireta, ou seja, de **merchandising**, que é a tentativa, como eu disse, de usar o produto, associando-o ao que está sendo visto ou lido pelas pessoas. Por exemplo, o livro **Química na Abordagem do Cotidiano** e o livro **Língua, Literatura e Redação**, editados em 1999, têm as seguintes formas de propaganda: no livro de Química, o autor, falando sobre soluções líquidas, dá como exemplo a Coca-Cola. Diz o livro:

Sabe-se que, além da água gaseificada e açúcar, a fórmula da Coca-Cola contém também cafeína, noz-de-cola, folhas de coca descocainizadas, baunilha, caramelo, limão verde, noz-moscada, canela e ácido fosfórico.

A mesma Coca-Cola figura no livro de Português, onde os anúncios publicitários são usados para dar noções de gramática.

Ora, Sr. Presidente, é necessário mencionar produtos para se dar aula de gramática? Não, até porque os produtos da publicidade agredem completamente a gramática. Não é assim que vamos formar gerações capazes de ter uma visão inteligente da sociedade. E o que está por trás disso? Uma ideologia que, sutilmente, entra na mente infantil e vai formar, repito, não o cidadão do futuro, capaz de discernir entre as várias idéias, escolher o seu caminho livremente, mas vai formar o consumidor, o consumidor acrítico, o consumidor de joelhos diante do produto, o homem para quem o único valor na vida será ter a sua capacidade de consumo aumentada.

É um processo muito grave em relação ao qual as autoridades educacionais e nós, Legisladores, de-

vemos estar atentos. Inclusive estou preparando um projeto que efetivamente proíbe esse tipo de **merchandising** em livros didáticos. Por quê? Porque argumentam as editoras do setor que não existe qualquer legislação a respeito no caso do ensino médio, que é um ensino aberto. Os livros didáticos são abertos, estão à disposição dos professores – e são eles quem escolhem os livros. Já no ensino fundamental, onde há presença muito grande do Estado, porque é o Estado quem compra o livro didático e tem normas bastante rígidas para isso, não se encontrou, graças a Deus – pelo menos por enquanto –, a propaganda estilo **merchandising** nas suas páginas.

Mas é verdade que os hábitos de consumo se cristalizam na adolescência. O adolescente tem um impulso de consumo talvez mais forte do que o da criança. O impulso de consumo da criança é setorializado. O adolescente já tem um universo mais amplo, já se interessa por automóveis e por uma série de bens da sociedade de consumo que, se infiltrados no processo educacional, efetivamente vão constituir-lhe o cerne da visão do mundo. Portanto, é uma ideologia. O que está ali é uma ideologia do capitalismo selvagem em estado cru, em estado nu.

O capitalismo tem vantagens e desvantagens. Se estamos num processo capitalista, temos que ter a lucidez para ver as desvantagens. E uma delas bate todos os dias na nossa cara: é a construção de uma sociedade que progride economicamente e regride do ponto de vista dos valores de vida. Portanto, não é inocente, não é digno de desinteresse o fato de que algumas editoras, em acordo ou não com os produtos, por coincidência ou não, recebendo dinheiro ou não – não se pode fazer essa acusação, nem a reportagem do **Jornal do Brasil** o faz – estão fazendo **merchandising** em livros didáticos.

Espero – deixo aqui este alerta – que fiquemos muito firmes nessa posição. Temos, como Legisladores, a possibilidade de impedir isso, tanto proibindo o fato como proibindo que o Estado, que faz uma compra muito grande, uma compra muito significativa de livros didáticos, adquira livros didáticos que contêm propaganda comercial sob a forma do **merchandising**.

É claro que isso não ocorreu. A varrimenta feita pelo Ministério da Educação dos livros do Ensino Fundamental não revelaram qualquer presença desse **merchandising**, mas, na área que está fora do âmbito do Ministério, entregue à livre empresa, nessa sim, podemos legislar e cuidar.

Já chega Sr. Presidente, do avanço, do domínio e do comando que a sociedade de consumo tem so-

bre os nossos atos. Ela não pode ser a ditadora do nosso comportamento. Não podemos ser inermes diante dos seus processos, nem podemos ser pouco inteligentes, até porque é dever da escola preparar a criança para discernir, para compreender os procedimentos do seu tempo, para ter lucidez em relação a eles.

Hoje, o processo de propaganda é de tal ordem que ninguém, numa praia, para aonde se vai descansar, consegue ficar três minutos sem ouvir alguém gritar o nome de um produto nos seus ouvidos. A propaganda invade o lazer. Não existe mais o lazer da reflexão, do pensamento e, praticamente, o da leitura. Existe o lazer que está impregnado da propaganda na televisão ou o lazer que leva as pessoas, no fim de semana – até porque é o único dia livre –, ao **shopping** ou ao supermercado.

A sociedade de consumo, com sua habilidade, avançou de tal modo que já identifica lazer com consumo. Quando uma pessoa diz que adora ir ao **shopping** no fim de semana, ali não está a necessidade de uma compra propriamente, porque o **shopping** é feito de uma maneira tão sedutora, tão estupefaciente, que mescla algo de uma rua fechada com ar refrigerado, com segurança, cinemas, bares, criando a idéia de que não se está propriamente numa atividade de consumo, mas numa atividade de lazer. Nada contra. É uma habilidade do sistema. Aceito. Mas quero dizer que, gradativamente, o consumo invade todas as nossas áreas. Invade as horas do lazer com a presença da publicidade no rádio e na televisão. Invade o lazer porque não há nenhum evento de lazer que não seja cercado por cartazes de publicidade em todos os lados. A praias são invadidas por macro **shows** que vendem produtos ou por campeonatos internacionais, com uma sonoridade brutal que é muito boa para quem está no evento e péssima para quem busca um pouco de paz em torno de si, numa praia, ou um pouco de sol. O consumo invadiu todos esses segmentos da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Senador Artur da Távola, o tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Como o meu tempo se esgotou e eu já disse o que queria, agradeço a V. Ex^a e aos Srs. Senadores a gentileza e a atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje reporto-me a uma situação que considero grave para o Brasil, para a nossa soberania. Trata-se de uma suposta compra de terras indígenas no Alto Xingu. Isso deixa muito claro o quanto o nosso País está vulnerável à cobiça internacional, cada dia mais crescente e próxima da região amazônica.

Um artigo da revista **IstoÉ**, de 16 de fevereiro último, trouxe uma grave denúncia a respeito da venda ilegal, a uma empresa americana, de uma reserva indígena no Pará. Demarcada e homologada pelo Governo Federal desde outubro de 1991, a chamada reserva Kayapó situa-se entre os rios Xingu e Fresco, e abriga cerca de cinco mil índios, em uma área de 2,459 milhões de hectares, rica em florestas e recursos minerais, e de tamanho equivalente à Bélgica.

Os kaiapós, que tiveram seu primeiro contato com os brancos em 1936, ficaram revoltados quando souberam da venda de suas terras à empresa americana Allied Cambridge LLC, associada à Worldwide Ecological Handing Timber Corporation Ltda., em setembro de 1998, por US\$1 milhão.

Denunciada primeiramente pelo jornalista Carlos Mendes, do jornal **O Liberal**, de Belém (PA), a transação englobou, no total, a impressionante cifra de 3,176 milhões de hectares e foi escriturada e registrada pelo cartório de São Félix do Xingu, Município ao qual pertence a reserva. Apesar de ser totalmente ilegal, o negócio ainda não foi desfeito e o cartório de São Félix não recebeu qualquer punição da Justiça.

Embora represente mais de um terço do território do Município e já tenha sido demarcada e homologada pelo Governo Federal, o Cartório de Registro de Imóveis de São Félix do Xingu ignora a existência da reserva Kayapó. No lugar das terras indígenas, constam, no registro de imóveis e na escritura, as fazendas Carapanã e Santa Margarida, com 3,176 milhões de hectares, cujo suposto proprietário seria o agricultor paraense Jovelino Nunes Batista. A dona do cartório, apesar de residir há vinte e sete anos em São Félix do Xingu, cidade de quarenta e nove mil habitantes, afirma desconhecer a existência da enorme reserva Kayapó na região e ameaça processar os órgãos do Governo por não a terem avisado sobre a reserva.

Estranhamente, embora apareça em alguns documentos da transação como residente em São Félix, ninguém da região conhece o suposto proprietário. A identidade do comprador não é menos nebulosa. A enorme área indígena foi adquirida pela Allied Cambridge LLC, de Nova York, por meio de sua subsidiária no Brasil, a Worldwide Ecological Handing Timber Corporation Ltda, pela bagatela de R\$1,20 o hectare,

quando, na região, um hectare de terra custa cerca de R\$250. O negócio foi feito por ambas as partes, por intermédio de procuradores. Para criar seu braço brasileiro, a empresa americana comprou uma empresa sediada em São Paulo, a Moeda Empreendimentos Ltda, mudando seu nome para Worldwide Ecological Handing Timber Corporation Ltda.

No contrato social registrado na Junta Comercial de São Paulo, consta que a empresa possuía um projeto ambicioso para a área, o qual incluía desde a exploração de madeira, ouro e metais preciosos, até a implantação de fazendas agroindustriais, a promoção de pesquisas científicas farmacológicas e bancos genéticos da flora e da fauna, mediante convênios com instituições e universidades nacionais e estrangeiras.

A transação, ao que parece, baseou-se em uma cadeia dominial de títulos de sesmarias que data do século XIX, responsável, em grande parte, pelo processo de grilagem de terras no Brasil. Estima-se em aproximadamente cem milhões de hectares o total de terras sob suspeita de serem griladas, o que corresponde a uma área quatro vezes maior do que a do Estado de São Paulo ou da América Central e do México juntas.

O que estarrece, no caso da venda da reserva indígena Kayapó, é a facilidade com que uma empresa estrangeira pode adquirir, ilegalmente, um quinhão de terra brasileira equivalente, em tamanho, ao território da Bélgica. Ainda mais assustadora é a afirmação do procurador da empresa no Brasil de que esta foi criada com o propósito exclusivo de obter financiamentos a fundo perdido junto a bancos americanos que "disponibilizam recursos para investimentos na Amazônia associados a projetos humanitários". Segundo ele, a empresa tencionava investir US\$300 milhões na região, captados dessa maneira.

É de se estranhar que uma empresa cujo objetivo principal é desenvolver projetos humanitários compre uma área de reserva indígena. Afinal, sabemos que a terra, para os índios, é fonte, esteio e garantia de sobrevivência de sua cultura, de sua identidade, de sua vida. O respeito pela diversidade étnica e cultural dos povos indígenas passa, necessariamente, pela garantia de seus direitos territoriais.

Nossa Carta Magna de 1988 reconheceu aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, garantindo, com isso, a nulidade e extinção dos atos posteriores ou secundários que tenham por objeto a ocupação, posse ou domínio sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles. No entanto, a despeito da determinação constitucio-

nal em contrário, o Brasil assiste impassível à invasão de terras indígenas por parte de madeireiros, mineradores e fazendeiros. Somente nos dois últimos anos ocorreram mais de quinze conflitos no País envolvendo comunidades indígenas. Muitos índios tombaram, vítimas da luta em defesa da terra mãe, cuja posse lhes é legalmente assegurada. Entre eles, o líder dos Xucurus em Pesqueira (PE), Francisco Araújo, o Xicão, assassinado por fazendeiros, e Dominga Maciel Gundim, do grupo Tucá, morta por posseiros. Lamentavelmente, a Justiça, neste País, é lenta na defesa das minorias e ágil na defesa do poderio econômico.

No sul da Bahia, os Pataxós Hã Hã Hãe, acuada em suas próprias terras, estão sendo vítimas da intolerância, da ganância de grupos econômicos. Aguardam há mais de uma década por uma decisão da Justiça, onde tramita ação de nulidade de títulos concedidos ilegalmente por sucessivos Governos da Bahia a fazendeiros que hoje massacram os índios, incendiando kombis escolares, ameaçando de morte suas lideranças e impedindo-os de comercializar livremente os seus produtos nas feiras locais.

A grilagem, um dos males poderosos e persistentes instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro, tem, agora, um novo e perigoso desdobramento: a grilagem internacional. Se o problema jurídico da grilagem de terras entre segmentos da sociedade nacional já é por si só complicado, a entrada no conflito fundiário brasileiro de empresas internacionais assume dimensões ainda mais alarmantes, pois envolve a grave e difícil questão de fronteiras e soberania nacional.

Os Estados Unidos, defensores que são dos direitos fundamentais da cidadania, não coadunarão com negociatas que não apenas ignoram princípios básicos de integridade, de ética e de honestidade, mas ferem a soberania das nações. Nenhum governo sério admitiria a possibilidade de se colocar lado a lado com empresas que praticam atos ilícitos e transações de má fé, comprometendo suas boas relações diplomáticas e comerciais. Ao contrário, o que se espera do governo americano é que coopere com o Governo brasileiro na apuração imediata dos fatos.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB - PA) - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT - AC) - Com imenso prazer, nobre Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB - PA) - Senador Tião Viana, a denúncia que V. Ex^a traz é muito grave e muito séria. Entendo, inclusive, que devemos sobre ela emitir um pedido de informação ao Governo. São lamentáveis as enormes dificuldades enfrenta-

das pelos trabalhadores rurais do nosso País para adquirir uma propriedade de cinquenta hectares. Hoje mesmo, estamos vivendo sérios conflitos no Estado do Pará, pois milhares de posseiros estão acampados na cidade reivindicando seus direitos e acertos não cumpridos pelo Incra. No entanto, o Governo facilita uma aquisição de terras como essa. Além de se tratar de uma empresa estrangeira que está em vias de adquirir uma enorme quantidade de terra, ainda são aquisições que envolvem terras indígenas, o que é extremamente grave. Tenho questionado o Governo Fernando Henrique Cardoso a respeito da "também" propriedade do dono da CR Almeida, que diz ter o domínio legal de 7 milhões de hectares de terra no Estado do Pará, especificamente no Município de Altamira. Nobre Senador, esse cidadão chega ao ponto de envolver os índios, até os mais aculturados, no sentido de se tornarem seus capangas, inclusive usando armas para proteger sua propriedade. No entanto, até agora o Governo não se prestou a dar sequer qualquer satisfação a respeito dessa questão. É extremamente grave e lamentável o fato de grandes latifundiários terem facilidade para adquirir vastas áreas de terra, ainda mais terras indígenas. Aliás, esse caso também envolve reservas indígenas na nossa região, e o Governo Federal, além de não atender às necessidades dos trabalhadores rurais também não sabe responder a questões tão graves como as que V. Ex^a levanta hoje desta tribuna. Solidarizo-me com V. Ex^a, principalmente quando V. Ex^a se refere aos maus-tratos sofridos pelos índios brasileiros, aliás, maus-tratos que se estendem até à Funai, órgão encarregado de tutelar nossos índios, que não tem recursos e não consegue resolver nada, porque não há empenho do Governo em realmente ajudar e protegê-los. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT - AC) - Agradeço ao nobre Senador Ademir Andrade, e incorporo, com muito prazer, o seu aparte ao meu pronunciamento.

Confesso também a decepção pela falta de decisão do Governo sobre a soberania e integridade do Território Nacional assim como pela defesa da Região Amazônica. Assistimos, progressivamente, ao debate, que vem avançando em termos de qualidade no que diz respeito à discussão sobre a estratégia a ser utilizada por parte do Exército brasileiro, que, aliás, tem assumido um papel de verdadeira vanguarda na defesa do Território Nacional, da nossa integridade, da tese de segurança. Mas quando essa responsabilidade recai no Governo, aparentemente testemunhamos uma ação de letargia progressiva no tema defesa e integridade do Território Nacional. Nobre Senador, é

como se fosse secundário a importância da Região Amazônica, tão cobiçada e tão agredida por interesses internacionais que, subliminarmente, avançam todos os dias.

Os jornais de hoje trazem, em manchete, decisão clara da nossa autoridade maior a respeito da entrada do capital estrangeiro em nosso País. Claro, esse capital é bem-vindo, mas, quando nos deparamos com tal situação, sabemos que é preciso freio e limites no tocante à sua entrada. Nesse caso específico, está havendo uma agressão clara à integridade do nosso território e à tese de soberania e defesa nacional.

É preciso que a Agência Brasileira de Inteligência, criada recentemente, e conduzida de maneira sólida, tenha claro a idéia de defesa nacional, com os devidos cuidados no que se refere à cobiça internacional, da qual estamos sendo vítimas há alguns anos, e que, infelizmente, o Governo brasileiro não tem demonstrado maior sensibilidade, nem tampouco sinal de inteligência, diria eu. Existem as teses de defesa nacional e continental. Parece-me que prevalece a idéia inocente de que a defesa continental se faz com a parceria, tanto do governo americano como o de outros países. Apesar de saber que temos de caminhar dentro dessa idéia de cooperação permanente, penso que a Amazônia deveria ser olhada com olhos inteligentes de uma visão estratégica longitudinal, e não com a aparente fraqueza do Estado nacional.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Tião Viana, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Tião Viana, sem dúvida nenhuma, é preocupante a notícia que V. Ex^a nos traz desta quase usurpação de parte do Território Nacional a pretexto de investimentos externo no Brasil. Acredito que Governo brasileiro precisa, de fato, de uma política severa neste setor. Quando o Presidente da República diz que o capital internacional é bem-vindo, seguramente, ele o é, e Sua Excelência assim se manifesta num bom sentido. Em toda a parte do mundo, hoje, o capital é bem-vindo, até nos países socialistas que deixaram de sê-lo, como a Rússia, o Vietnã, a China o recebe maciçamente. No entanto, esse capital externo precisa ser submetido a regras que protejam o interesse nacional. Não é, por exemplo, o que ocorre com a denúncia feita por V. Ex^a de extrema gravidade. Temos que proteger os nossos índios. Eu, em alguns momentos, cheguei a achar estranho que apenas 350 mil índios detivessem algo em torno de 12% do Território Nacional. Mas, refletindo melhor, cheguei à conclusão de

que, na pior das hipóteses, os índios, com ocupação dessa vasta área, acabavam por mantê-la preservada. Então, estou inteiramente de acordo. Não podemos concordar, entretanto, é com esse tipo de invasão a que V. Ex^a se refere, principalmente em áreas indígenas, que, em última análise, são áreas nacionais. Então é preciso que o brasileiro, por meio de seu governo, legitimamente constituído, tome providências severas no sentido de preservar aquilo que pertence aos índios e aos brasileiros. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a que contribui, de maneira decisiva, para com o meu pronunciamento. Era exatamente esse ponto que eu gostaria de cristalizar, Senador Edison Lobão. Ou seja, de que não se pode ser contrário à entrada de capital internacional para o desenvolvimento do nosso País, mas que para isso é preciso regras que digam respeito à nossa auto-estima e à uma visão de desenvolvimento que esteja aliada ao desenvolvimento inteligente e à soberania do País.

Recentemente, conversando com um grande pensador da área da saúde pública brasileira, ele me dizia, com todas as letras, que a idéia da globalização precisa de regras, de alerta e de ponderações. (Esse pensador, a cada duas semanas, vai aos Estados Unidos). E, segundo ele observou, lá, o americano não aceita a globalização da maneira como nós a aceitamos. O americano é rígido na defesa de sua auto-estima e de sua soberania. Lamentavelmente, o nosso País, às vezes, por fraqueza de autoridade do Estado nacional, parece-me demonstrar certa vulnerabilidade à tese de globalização, como se fosse algo irreversível, um determinismo histórico, e não algo que devesse contribuir para o nosso futuro, com uma lógica de ação governamental, de políticas que digam respeito à definição de soberania, da auto-estima e da inserção do Brasil como país pertencente ao Primeiro Mundo.

Agradeço imensamente o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao nobre Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador Tião Viana, mesmo concordando com o que disse o Senador Edison Lobão a respeito da necessidade de proteger os índios, ainda assim causa-me preocupação a criação de nações indígenas em áreas de fronteira, tendo em vista a imensidão do nosso território. Fico a imaginar que poderá ocorrer, por exemplo, o mesmo que ocorreu em Kosovo, quando forças internacionais intervieram na Iugoslávia para proteger um núcleo populacional. Gostaria de relatar a V. Ex^a que,

no meu Estado, também havia um convívio harmônico entre os moradores do campo e os índios. Todavia, há menos de um ano, os índios começaram a querer reaver terras que lhes pertenceram no passado. Inclusive, hoje, há casos de invasões indígenas em propriedades particulares, ocupadas por famílias há mais de meio século. Pessoalmente, conheço um caso ocorrido na região de Dourados, mais precisamente em Panambi, onde o Presidente Getúlio Vargas, à época, fez a maior colonização e distribuição de terras de que temos notícia no Brasil. S. Ex^a fez um grande loteamento na região que vai de Dourados até a fronteira, dando aos agricultores brasileiros 25 hectares de terra. No entanto, o indivíduo, portador de escritura pública dada pelo Governo, recebeu a informação do Ministério da Justiça de que essas terras pertencem aos índios. Entretanto, elas reconhecidamente pertencem, há mais de 50 anos, a agricultores tradicionais, que exercem a atividade com muita competência. Esse assunto relativo à demarcação de terras indígenas deve ser tratado com bastante seriedade e clareza. Teoricamente, todo o território brasileiro pertence aos índios, que eram os seus habitantes quando os portugueses, espanhóis e holandeses aqui chegaram. A aquisição de terras pertencentes à nação indígena é motivo de preocupação. Significa que os próprios índios não estão cuidando – como é desejado – de seu território. Felicito V. Ex^a por trazer ao Senado um assunto tão importante para a Nação brasileira.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Lúdio Coelho, o aparte. Na qualidade de produtor rural, V. Ex^a tem direcionado sua trajetória política na busca de um modelo agrário ideal para o nosso País. De forma que o aparte de V. Ex^a muito contribui para o meu pronunciamento.

Nobre Senador Lúdio Coelho, a melhor maneira de tratarmos o tema das etnias, tão bonitas e tão distintas em nosso País, é apostar no desenvolvimento humano. Se tratarmos a questão dos povos indígenas, solidariamente, de modo a incentivar o desenvolvimento humano e social, demonstrando respeito às suas tradições culturais, estaremos contribuindo para a defesa nacional de maneira decisiva. Assim sendo, não há razão para nos sentirmos ameaçados pela cobiça internacional sobre as nações indígenas, ou melhor, os povos indígenas – como prefiro chamá-los; tenho um certo cuidado com o termo nação indígena. Acredito que o desenvolvimento humano e social e a afirmação cultural irão acabar com o muro que impede a participação dos povos indígenas na sociedade urbana. O desenvolvimento humano, o respeito às etnias e às afirmações culturais podem

nos unir. Dessa maneira, jamais caminharemos para as violentas divergências étnicas que temos testemunhado em países da Europa, especialmente na região de Kosovo.

Agradeço, sinceramente, a V. Ex^a o aparte.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Tião Viana, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com muito prazer, concedo o aparte à nobre Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Nobre Senador Tião Viana, é com prazer que faço esse aparte. Vivemos em uma região onde há muitos problemas, principalmente com relação à demarcação de terras indígenas. Fico entre o aparte dos Senadores Edison Lobão e Lúdio Coelho. Concordo com a afirmação do Senador Edison Lobão, a de que 12% do território brasileiro está demarcado para os índios. Se analisarmos a questão, verificaremos que as terras indígenas estão concentradas especialmente na Região Norte, entravando o desenvolvimento daquela região. Não culpo os índios, absolutamente! Eles são os mais sacrificados. Mas há a fantasia de dizer aos índios que milhares de hectares de terras lhes pertencem. Conforme dispõe a nossa Constituição, são reconhecidos aos índios os direitos sobre o uso da terra, mas a terra não é um patrimônio indígena. Conseqüentemente, os índios não podem dispor de parte do território a eles destinados, comercializando-o, mesmo que isso signifique a sobrevivência de suas comunidades. A solução para esse problema fica apenas nos discursos e nas promessas, criando-se uma situação muito difícil entre o índio e o não-índio. Vivo há somente 20 anos na Região Norte, mas tive o privilégio de testemunhar uma época em que fazendeiros e índios trabalhavam juntos. E isso era muito normal. Eles tinham renda e eram respeitados. Hoje, porém, não há mais esse comportamento exatamente em virtude da deturpação existente quanto à proteção ao índio, embora ele não receba proteção alguma. De que adianta demarcar milhares e milhares de hectares de terra apenas para se afirmar que se trata de terras indígenas? Os índios sequer têm condições de plantar um hectare, mesmo que seja para a sua sobrevivência! Como salientou o ilustre Senador Lúdio Coelho, os primeiros habitantes no Brasil foram os índios. Pergunto, então: por que não fizeram uma divisão justa de modo que, em cada parte do nosso País, houvesse um território preservado para os habitantes primitivos? Por que não há investimento maciço nessas regiões tanto do Governo Federal quanto dos Governos estaduais e municipais? Deveria haver uma nação

única, a Nação Brasileira, em que todos tenham os mesmos direitos e mereçam o mesmo respeito, como dispõe a nossa Constituição. Tenho certeza de que os índios passariam a viver muito melhor; eles educariam seus filhos da mesma forma que os não-índios. Assim, haveria uma convivência pacífica; teríamos a consciência tranqüila de que tratamos os índios de igual para igual. O comportamento existente hoje parece demonstrar que existem dois tipos de seres humanos: os índios e os não-índios.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade. Faz soar a campanha.)

A Srª Marluce Pinto – Sabemos que os índios têm a mesma capacidade de trabalho; são pessoas inteligentes, honestas, com enorme potencial para contribuir para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço à nobre Senadora Marluce Pinto o aparte. Por ser procedente da Região Norte, essa preocupação também faz parte do seu dia-a-dia. Trata-se de um assunto que merece ser amplamente debatido. A resposta ideal ao aparte de V. Exª, que enriquece o meu pronunciamento, diz respeito ao modelo de desenvolvimento para as regiões sem grande ocupação humana e às populações tradicionais. Há uma grande diferença entre a idéia de desenvolvimento da sociedade urbana – a chamada sociedade avançada – e as populações tradicionais que vivem na região Amazônica. Alguns ali vivem conforme suas crenças, em harmonia com o meio ambiente e com um enfoque de desenvolvimento diferente do nosso.

Fico feliz por saber que o Brasil superou a idéia que se tinha da Amazônia, qual seja, a de que se tratava de uma grande região voltada para a atividade pecuária, a última fronteira verde. Atualmente, há a Amazônia oriental, ligada a grandes projetos industriais e de metalurgia, e a Amazônia ocidental, vinculada a projetos pecuários. Entretanto, não se considerou esse caminho o mais inteligente. O mundo inteiro discute a biodiversidade; a atenção está voltada para a nossa reserva genética. Nesse sentido, a pecuária é muito bem-vinda, tem o seu espaço e deve prosperar na região. Entretanto, há outros fatores do desenvolvimento que precisam ser compreendidos. Mas esse assunto demanda uma discussão muito longa. Infelizmente, o tempo destinado ao meu pronunciamento já está esgotado.

A questão indígena deve ser tratada com mais profundidade. O Estado vive um momento delicado no que diz respeito à reserva Yanomami, que está com sua fronteira indefinida, do ponto de vista da segurança nacional, com a Venezuela. Portanto, merece uma atenção maior. Vários parlamentares já trataram desse assunto no plenário desta Casa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é preciso que o Brasil acorde e zele por seu enorme patrimônio humano, cultural e ambiental. Faz-se urgente preservar a beleza e a riqueza de sua complexidade étnica, seus imensos mananciais, a diversidade de sua flora e fauna – tesouros de inestimável valor, que atacam a cobiça internacional e estimulam toda a sorte de aventureiros a virem aqui implantar, sob as mais diversas alegações, a inaceitável prática da biopirataria, da exploração de matérias-primas e do saber das populações tradicionais.

O futuro econômico deste País e a sobrevivência de sua cultura ímpar dependem do modelo de desenvolvimento humano que adotarmos e da sabedoria com que utilizaremos o inestimável patrimônio da nossa biodiversidade.

Estou encaminhando, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, requerimentos ao Ministério das Relações Exteriores e à Casa Militar da Presidência da República, solicitando informações sobre esse tema. Trata-se de um assunto que precisa de uma resposta do Estado brasileiro e não deve ficar apenas em um debate político.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma frase que passou quase despercebida, recentemente dita pelo Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, deveria ser mais séria e profundamente analisada. Referindo-se à pobreza existente no mundo, ele afirmou literalmente: "Um dia isso acaba em confronto".

Não é apenas do Presidente do Banco Mundial essa preocupação com a pobreza no mundo. Manifestações mais contundentes e mais realistas que esta há tempos vem sendo ditas pelo mundo afora.

Alertou-me o fato de que, na mesma proporção e intensidade das palavras que condenam, alastra-se pelo mundo a pobreza e a miséria, sem as ações reais que, de fato, minimizem essa desgraça que destrói seres humanos, aniquila famílias e coloca no mesmo barco da inquietude os povos da terra. Se diferentes são as causas que levam à degradação, à fome e à

miséria nossos semelhantes pelos quatro cantos do mundo, uma coisa existe em comum: a inércia, o des-caso e o eterno adiamento das decisões que, efetiva-mente, vão ao cerne do problema.

Em nosso Brasil o problema é mais sério do que o de países mais ricos por motivos óbvios. Mas, essa obviedade não pode ser entendida e aceita como uma continha de aritmética colegial onde, eternamente, um é menor que dois. Ao contrário, tudo possuí-mos para que a matemática seja nossa aliada, que a adição seja o nosso lugar comum e os resultados a nosso favor. Temos grandeza continental; riquezas minerais que atijam a cobiça internacional; uma fauna e uma flora de fazer inveja por sua diversidade e utilização; 15% da água doce do mundo em nossas fronteiras; um clima favorável ao plantio durante os doze meses do ano... Com tudo isso, indago: onde falhamos? Por que tanta miséria e tanta fome permeando tanta riqueza? Não somos capazes de administrar nossas riquezas e melhor distribuir a renda nacional? Como justificar tanta violência no campo e nas cidades, onde se mata por um prato de comida e por centavos? Por que famílias inteiras estão vivendo na promiscuidade e na lama da mais injusta e vil das degradações?

O que fazem determinados países, cujas dimensões territoriais se comparam aos menores estados brasileiros e, mesmo vivendo sob a neve, conseguem promover toda sorte de bem-estar ao seu povo? Milagre, certamente não é.

Por outro lado, dizem os economistas, somos um dos países com maior carga tributária do mundo! Pagamos tanto imposto que não é chacota dizer que pagamos impostos para nascer, para comer, beber, banhar, viajar, vestir e morrer. Em síntese, nos faltam apenas os impostos para respirar, pensar e olhar estrelas.

Difícil, portanto, darmos uma nota, de um a dez, ao nosso País e às nossas contradições. Temos um dez quando apenas vislumbramos o continente e uma nota vermelha quando, dentro do continente, colocamos nossos irmãos e nossas irmãs.

A pobreza, em nosso País, é por demais conhecida. Sabemos onde está, como está e, em planilhas, tabelas e percentuais, repousam nas gavetas da burocracia.

Sabemos, em números reais, que a pobreza na zona rural é maior que na urbana. Enquanto 28% da população urbana é pobre, 58% das pessoas que habitam a zona rural vivem abaixo da linha de pobreza. Apesar disso, como sabemos que 80% dos brasileiros

vivem nas cidades, temos a horrível constatação que 65% dos nossos pobres hoje vagueiam pelas urbes.

Se, contudo, analisarmos as estatísticas do ponto de vista regional, vamos observar que a incidência da pobreza no Norte/Nordeste é estarrecedora, atingindo 60% dos nossos irmãos, dos quais, mais triste ainda, 32% estão sobrevivendo abaixo da linha da indigência.

Nas Regiões Sul/Sudeste, 20% de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza e, destes, 6% estão abaixo da linha de indigência.

A situação fica mais desesperadora quando sabemos que, apesar de as Regiões Norte/Nordeste abrigarem apenas 29% da população brasileira, elas respondem pelo astronômico percentual de 51% de todos os pobres deste País.

Sr. Presidente, meus nobres Pares, é preciso que levemos mais a sério a afirmação do Presidente do Banco Mundial. Um barril de pólvora, comprimido repousa próximo à fervura da indignação, abandonado à própria sorte. É preciso que tenhamos os cuidados necessários para que não ocorra uma explosão que a todos nós afetará, causando danos irreparáveis, por única e exclusiva falta de vontade e afirmação política.

Para muitos, talvez de tanto se falar em pobreza, o tema tenha se tornado lugar comum. Mas não devemos nos esquecer de que os pobres são pessoas como nós, de carne e osso, que pensam, sofrem, enxergam, têm frio e também possuem filhos. Lembremos que pobreza não escolhe idade e que, em meio a nós, estão milhões de inocentes criancinhas, avós e avós, jovens e adolescentes passando a mais vil de todas as degradações a que pode passar um ser humano: estão passando fome!

É inadmissível que um País como o nosso, com renda **per capita** relativamente alta, ainda ostente o diploma de terceiro país do mundo no grau das desigualdades. E continuaremos a ostentá-lo enquanto permanecermos com o indigno percentual de quase 40% de nossa população a viver abaixo da linha de pobreza. Outro diploma pouco louvável também ostentamos: somos um dos países do mundo com a maior concentração de renda nas mãos de tão poucos.

O Brasil, esse rico/miserável, em pesquisa publicada pelo IPEA, nos mostra que, das 75 milhões de pessoas economicamente ativa, cerca de 18% têm rendimento igual a zero. E o pior: os 10% mais ricos têm 47,2% da renda total.

Dados como esses, meus caros colegas, talvez sirvam para justificar a existência de oito milhões de crianças e adolescentes com, idades variando entre 5

e 17 anos, trabalham em condições precárias, sem segurança, sem proteção, sem relações individuais, expostos a acidentes, doenças, doenças infecciosas, doenças mentais, doenças psicossomáticas, que os levam a problemas de saúde física e psicológica, obrigando-os a abandonar os estudos e a viver em condições deploráveis de miséria, insegurança e falta de condições escolares.

Servem, também, para justificar por que milhares de meninas e meninos são matados com ácido sulfúrico e cola tóxica em fábricas de produtos químicos, 2 horas por dia e, sem expelir fumaça, em locais fechados e se matam nas cidades por não terem condições de sobrevivência.

Talvez, também, esteja dando um pouco de ênfase ao fato de que 12% de nossa população economicamente ativa é representada por mulheres analfabetas, que trabalham em condições de escravidão.

Aumenta nossa indignação, quando vemos tanta desgraça, sabemos que milhões de brasileiros, diariamente, somem de este País, devido ao desperdício, da corrupção, da má administração.

Nossa pobreza, muito difundida, não tem seus alicerces em questões vitais, como a fome e do "deixa para depois".

Ainda hoje, nos portais do Brasil, milhares de crianças são submetidas à exploração, muitas vezes acobertadas com a utilidade de trabalhar tão infame prática.

Por mais dolorosas que sejam as condições, elas precisam ser enfocadas. Mas quando os problemas ou deixamos à margem das prioridades nacionais é, a maior falha, é a falta de uma bomba de efeito retardado, que não seja resolvida.

Precisamos, urgentemente, desenvolver novos projetos, reavaliar nossas prioridades e melhorar nossas ações.

Se somos ricos no mundo, não podemos ter essa extraordinária riqueza que nos dá orgulho, precisamos nos conscientizar de que não somos todos, de que é o modelo econômico que nos dá a nossa pobreza.

A sociedade, diferente da família, não está atenta aos problemas que necessitam ser resolvidos. Não possui um espírito solidário, justo, crente na construção de um mundo melhor e não se esquivava quando confrontada com a realidade. Ela, mais, está consciente de seus problemas e pratica os artigos e parágrafos que estão no meio aos infortúnios que não afetam a maioria dos brasileiros, ainda que tenhamos de dignidade. Faço parte desta maioria.

Se não há condições de trabalho, não há relações individuais, não há condições de sobrevivência.

Se não há condições de sobrevivência, não há classificação de classes sociais, não há desigualdades sociais.

Se não há condições de sobrevivência, não há formas de aplicação mais eficazes para todos os brasileiros pro-

blemas de sobrevivência, não há condições de compactuando com a realidade.

Se não há condições de sobrevivência, não há investimentos neste País. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1997, foram investidos \$80 bilhões que investi-

ramos em investimentos para aplicar até 1997, foram destinados para o Sudeste;

1,5% para o Nordeste, 5% para o Norte e 1,2% para o Sul.

Uma alternativa do Ipea é a de aplicar investimentos estrangeiros aqui realizados em 1987, 90% foram aplicados no Sudeste e 10% pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

Se não há condições de sobrevivência, não há condições de pulverizados nas demais regiões.

metros lineares com a Venezuela e outros 958 com a Guiana. Nosso excedente de produção está a alguns metros dos venezuelanos, consumidores garantidos, com alto poder de trocas comerciais, e produtores de ferro, aço, cimento, petróleo e derivados, tudo isso a preços altamente competitivos. Em contrapartida, somos pouco mais de 300 mil habitantes, a maioria concentrada na capital, Boa Vista, que abriga em torno de 200 mil pessoas.

Temos, enfim, tudo o que almejam quaisquer empreendedores, quaisquer investidores. Paralelamente, sofremos de vazio demográfico e de falta de infra-estrutura básica em todos os níveis, o que, por si só, inviabiliza a instalação de pólos industriais arrojados e até mesmo o surgimento de empresas de médio porte, os carros-chefes na geração de empregos e riquezas. São coisas que podem e devem ser feitas de forma harmoniosa, visando uma ocupação racional e programada da Amazônia brasileira.

Portanto, insisto neste ponto, que, a meu ver, é crucial no combate à pobreza: muitos milhões de hectares de terra estão vazios na Região Norte, apenas esperando a mão humana para deles retirar riquezas e distribuí-las.

É preciso sairmos do discurso e passarmos à ação. É urgente a elaboração de programas que acabem com a injusta desigualdade existente entre nós. Faz-se necessária a implantação de projetos que interiorizem o desenvolvimento, e a locação dos recursos que definitivamente consolidem esses projetos.

Dois passos de gigante – reconhecimento – já foram dados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso: a promoção dos meios e dos recursos que viabilizaram o asfaltamento da BR-174, artéria de nosso desenvolvimento no trecho que faltava para ligar o Estado do Amazonas à cidade-porto de Caracaraí, em Roraima, e também a consolidação da assinatura de acordo com a Venezuela para a importação de energia elétrica do Complexo de Guri, cujas obras estão em pleno andamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pobreza e a miséria, situações que aviltam a consciência nacional, têm solução. Em Roraima, lá na Região Norte, está a terra, a fatura, livre, à espera do grão que germina e do homem que semeia. Lá estão as possibilidades, lá está o vazio humano, a carência da população que excede noutras regiões.

Façamos, então, valer nossa condição de autoridades. Façamos um plano de desenvolvimento nacional, racional, que alie progresso com preservação e vamos promover a conquista daquela região continental.

Vamos aproveitar todo o nosso potencial para fechar o cerco àqueles que insistem no "quanto pior, melhor" e cujo intuito é apenas o lucro fácil, o ilícito e o infame, à custa da miséria e do sofrimento dos desprovidos.

O trabalho, fonte de enriquecimento compensador em todos os sentidos, é o único argumento das possibilidades que deságuam na verdadeira felicidade.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Tenho a honra de conceder um aparte ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senadora Marluce Pinto, é admirável o amor que V. Ex^a dedica ao seu Estado e à sua região, que é também minha, a Região Amazônica. A sua palavra ecoa sempre no plenário do Senado Federal como uma advertência de que essa vasta região brasileira precisa, de fato, ser integrada ao núcleo desenvolvido do Brasil e, uma vez integrada, produzir em benefício de todos os brasileiros. O que V. Ex^a relata aqui, nesta manhã de sexta-feira, é, sem dúvida, uma realidade latente na Região Amazônica, no Norte do Brasil. Precisamos conceber uma política que seja capaz de fazer com que, a um só tempo, aquela região se desenvolva e preste ao Brasil como um todo os serviços que a sua economia, uma vez desenvolvida, pode realmente prestar aos brasileiros. V. Ex^a tem a minha solidariedade e os meus cumprimentos pelo que aqui manifesta.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Muito obrigada pelo aparte e também pela solidariedade de V. Ex^a. Quero repetir mais uma vez, para que V. Ex^a fique bastante consciente: no Estado de Roraima há cidades, no interior, onde 95% da população é maranhense. Espero, portanto, poder contar com todos os 81 Senadores, porque são brasileiros e a Região Amazônica é uma região riquíssima do nosso País, mas, principalmente com V. Ex^a, que tem uma obrigação moral – não tão direta quanto a minha, que represento aquele Estado –, já que há muitos maranhenses no meu Estado, que ficarão felizes de saber que o seu conterrâneo, o Senador Edison Lobão, há tantos anos na política, agindo sempre com lisura e com inteligência, cooperando para o desenvolvimento do nosso País, pode também ajudar os seus irmãos que se tornaram roraimenses.

Dando continuidade ao meu pronunciamento: vamos gerar empregos para todos quantos precisam e querem trabalhar. Vamos voltar nossos olhos para as nossas crianças, para que também elas tenham in-

tenso e constante trabalho, só que nos bancos escolares, nos deveres sociais com a família e na sua formação moral, física, psíquica e intelectual.

Devo, nesta oportunidade, registrar um fato que pode vir a ser o início de um amanhã menos doloroso para muitos pobres deste País.

Apresentei, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma emenda para Ações de Geração de Renda no Enfrentamento à Pobreza, em nível nacional e que, após deliberações na Comissão, fundiu-se a outras no mesmo sentido, resultando na solicitação de R\$1,5 bilhão para o fim a que me propus. Infelizmente, por razões diversas, conseguimos a aprovação de apenas R\$2 milhões, irrisórios, sem dúvida, diante das necessidades prementes. Mas não desisti. Fiz minhas peregrinações pela Comissão de Orçamento e, finalmente, na presença do Senador Wellington Roberto, Sub-Relator da Previdência e Assistência Social, consegui meu intento de aumentar os recursos, ao ver aprovado o meu requerimento de destaque àquela emenda inicial, parcialmente aprovada. O Senador Wellington, profundo conhecedor do problema, uma vez que representa outro Estado brasileiro dos mais carentes, a Paraíba, sensibilizou-se diante dos meus argumentos e desdobrou-se para aprovar mais R\$15 milhões para essa causa tão justa e desprezada. Somamos, então, para as Ações de Enfrentamento à Pobreza, neste exercício financeiro de 2000, R\$17 milhões, um número ínfimo diante das necessidades, mas que, pelo menos, abre rubrica para as novas aquisições.

Minha gratidão, portanto, ao Senador Wellington Roberto e minha vênua à sua elevada compreensão e solidariedade humana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos, urgentemente, fazer uma revolução social neste País de homens e mulheres sérios, que não se contentam com esmolas e clamam por trabalho e dignidade. Tenho absoluta convicção, em uma análise com os olhos voltados para o futuro, que o volume de recursos hoje necessário para esse empreendimento, amanhã será insignificante diante do retorno que trará à Nação inteira.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Tenho o prazer de conceder o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senadora Marluce Pinto, escuto com muita atenção e emoção o seu pronunciamento. Não há dúvida de que V. Ex^a faz um chamamento a esta Casa e a esta Nação para o momento importante que vivemos, desde a aborda-

gem inicial, quando diz que, realmente, não se deu a importância devida ao pronunciamento do Presidente do Banco Mundial, que diz que as radicalizações, a fome e as injustiças e que as diferenças no mundo terminarão por levar ao inconformismo e à violência incontroláveis. Guardadas as proporções, isso pode ser adaptado ao nosso País, pois essas injustiças sociais nós as temos aqui. Repare V. Ex^a que o Brasil – e outro dia o Presidente dizia com orgulho, e é verdade – é um dos primeiros países em área territorial, um dos primeiros em população, um dos cinco maiores países em Produto Interno Bruto. Ou seja, aqui se produz. No entanto, conforme V. Ex^a bem o disse, somos o terceiro país em injustiça na distribuição da renda. Pior, até já tive notícia de sermos o primeiro ou o segundo. Portanto, minha querida Senadora, o que existe em nosso País – e sou testemunha do seu esforço; tive a honra de, a seu convite, conhecer o seu Estado e de ver a capacidade e a potência enormes que lá existem – é a irresponsabilidade. Na verdade, as elites brasileiras, as elites pensantes – ou seja, nós, que somos Senadores, Deputados, e a grande imprensa, os empresários, os intelectuais – estão aquém do destino deste País. Não estamos tendo a grandeza de ver que as tremendas injustiças sociais que existem neste País não podem continuar. Não temos condições de ver, de sentir, não chegam aos nossos gabinetes e até a este belíssimo plenário os murmúrios, as tristezas, as mágoas e as injustiças de milhões de brasileiros. V. Ex^a salienta o quanto são insignificantes os percentuais de investimentos destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e o volume enorme destinado basicamente ao Centro-Sul do País. O que é mais grave, nobre Senadora, é que mesmo essas verbas que são destinadas ao Centro-Sul – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – também têm um tremendo conteúdo de injustiça social, porque também ali há milhões de miseráveis. O índice dos que passam fome, dos que não têm casa, não têm água tratada, enfim, o índice de injustiças sociais na cidade de São Paulo é qualquer coisa de fenomenal. Portanto, a injustiça social é fantástica em todas as regiões: tanto na Amazônia, a mais esquecida, quanto no Nordeste, lembrado, mas também esquecido. Há favelas e mocambos no Rio de Janeiro; nas áreas periféricas de São Paulo também há miséria, fome e desemprego. Não dá para entender e aceitar esses fatos. V. Ex^a disse muito bem: chega de falar, vamos partir para os fatos concretos, para a objetividade. Não dá para colocarmos a culpa no Presidente, no Ministro, porque ela é de todos nós. Todos os que constituímos a elite dirigente, a elite intelectual

Não gosto de fazer pronunciamentos todos os dias – V. Ex^{as} são testemunhas disso –, porque estou convicta de que só discurso não adianta, e está iludido quem pensa o contrário. O povo já está cansado de discurso. O povo quer ação, quer melhorar, quer ter, no mínimo, comida para dar aos seus filhos menores.

Sr. Presidente, o assunto empolga-nos, mas quero agradecer a condescendência de V. Ex^a, porque sei que já ultrapassei em 17 minutos e 10 segundos o meu tempo. Hoje é um dia em que temos oportunidade de fazer um pronunciamento de alerta mais longo.

Quero agradecer não só a V. Ex^a como aos Srs. Senadores presentes e aos servidores desta Casa, porque eles, mais do que nós, acompanham diariamente os nossos discursos e devem, também, pensar: tantas palavras e quase nenhum resultado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia os seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mundo não é feito com a argamassa provinda da transparência dos cristais mais puros. Ao revés, ele se edifica do entrelaçamento dos desequilíbrios e da descompensação. Quero hoje referir-me à Justiça Eleitoral, um órgão relativamente jovem na história do nosso País, que, todavia, tem prestado os mais relevantes serviços à democracia brasileira.

Tenho assistido, na Comissão Mista de Orçamento, ao calvário dos juizes do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais em busca de algum recurso escasso, mínimo que seja, para a informatização dos tribunais, a fim de que se tenha uma apuração dos pleitos eleitorais de maneira mais pura e mais simplificada.

As dificuldades dos juizes são crescentes. S. Ex^{as} fazem uma peregrinação que a quase nada os leva. Ainda há pouco, Sr. Presidente, fui procurado pelos Ministros do TSE, que me pediram ajuda no sentido de obter alguns recursos, ainda que mínimos, com os quais promover a informatização completa da Justiça em nosso País. E nem isso se conseguiu sequer na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Já nem me refiro aos tribunais regionais, cujo acesso é ainda mais difícil.

Neste momento, estou aqui para cumprimentar os êxitos merecidos do Tribunal Regional de Brasília e para lastimar os insucessos do Tribunal Regional Eleitoral do meu Estado.

Brasília, que todos amamos, é uma cidade com 2 milhões de habitantes e cerca de 1 milhão de eleitores. No meu Estado do Maranhão, há 5,5 milhões de habitantes – portanto mais do que o dobro – e 2,5 milhões de eleitores. Acabo de ler num jornal desta cidade a notícia da inauguração próxima do prédio da Justiça Eleitoral de Brasília. Um prédio majestoso, magnífico, à altura da dignidade do Poder Judiciário Eleitoral do Distrito Federal. Para servir a 1 milhão de eleitores, esse prédio foi construído com quatro pavimentos superiores, o térreo e mais três pavimentos no subsolo. São ao todo 7 ou 8 pavimentos com 15 mil metros quadrados, todo ornamentado com mármore, esquadrias de alumínio e assim por diante.

Estou com isso a dizer que se trata de uma edificação desnecessária e exuberante? Não. Penso que é um edifício digno da Justiça Eleitoral. Enquanto essa construção, com 15 mil metros quadrados, é para um milhão de eleitores de Brasília, no meu Estado do Maranhão, com 2,5 milhões de eleitores, o nosso Tribunal não chega a ter três mil metros quadrados.

Sei que, no Rio Grande do Sul – o Senador Pedro Simon está observando-me –, o número de eleitores é bem maior ainda.

E, na Comissão de Orçamento, estava o Presidente do Tribunal do meu Estado lutando para que não reduzissem de R\$900 mil para R\$50 mil apenas os recursos que haviam sido solicitados para a reforma daquele prédio minúsculo e modesto do meu Estado.

Estou, portanto, nesta tribuna, Sr. Presidente, para, de um lado, cumprimentar e festejar o que ocorreu nesta Capital com o nosso Tribunal Eleitoral. Não critico; ao contrário, congratulo-me com o Tribunal Eleitoral de Brasília. Só lastimo que o mesmo não esteja acontecendo no meu Estado e nos demais. Isso demonstra, Senadora Marluce, que, de fato, as injustiças governam ainda o mundo.

Assisti ao discurso de V. Ex^a, comovido com as suas palavras. Em seguida, com o aparte do Senador Pedro Simon, quase dramático, figurando uma situação que, se ocorresse com S. Ex^a, tomaria as providências radicais tais e quais. Não é só com S. Ex^a que ocorre isso. Penso que também faria o mesmo, Senador Pedro Simon.

Isso, de fato, demonstra o quão injusto ainda é o nosso País e o mundo como um todo, mas, sobretudo, essas injustiças, esses desequilíbrios, essas desigualdades são transparentes, agressivas, penetram aqui entre nós!

Discordo apenas da Senadora Marluce Pinto, quando diz que, raramente, vem à tribuna do Senado,

porque acredita que o discurso quase não leva a nada. Leva, sim. É com a palavra que vamos procurar despertar as consciências empedernidas; é com palavras como as de V. Ex^a, Senadora, que o País vai tomando ciência e consciência das suas próprias mazelas e dificuldades.

Sempre que for necessário, devemos denunciar aqui tudo aquilo que de errado ainda existe na relação entre as pessoas. Os estamentos sociais, muitas vezes, passam por dificuldades que só são superadas quando o fato ganha as ruas e as praças deste País. É o que devemos fazer daqui. Quantas e quantas vezes o Senador Pedro Simon, com a sua oratória inflamada, que todos nós admiramos, contribui para a solução de determinados problemas? Pois é este o nosso papel. Para isto somos eleitos: para aplaudir aquilo que está certo, até como uma palavra de estímulo, mas também para condenar aquilo que, a nosso ver, não corresponde ao melhor caminho para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, não desejo alongar-me. Queria apenas registrar desequilíbrios que ocorrem em toda atividade, sobretudo governamental, deste País. Precisamos, sim, dar um tratamento o mais possível igualitário para tudo. Se, neste caso, foi possível realizar esta obra em Brasília, digna de um tribunal que tantos e tão bons serviços tem prestado à democracia brasileira, há de ser possível também fazer o mesmo em relação ao meu Estado do Maranhão.

Era que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marluce Pinto, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, há algum tempo, no Brasil, foi criada uma espécie de seguro-desemprego, destinado aos pescadores artesanais da nossa Nação. Isso foi feito para que esses homens que vivem exclusivamente da pesca, não têm empregados e trabalham com a própria família tivessem condições de parar de pescar num determinado período do ano, denominado período de defeso, em que se permite a procriação da espécie pescada por esses cidadãos. E aí haveria a reprodução normal da espécie, e eles voltariam a pescar no momento da liberação.

O órgão que efetivamente comanda e determina o período de defeso das inúmeras espécies em todo o

território nacional, tanto na área de mar como nas áreas fluviais, é o Ibama.

Esse seguro-desemprego estabelecido pelo Governo é de um salário mínimo por mês. O pescador, no período de defeso, que, na maioria dos casos, corresponde a três meses por ano, deixaria de pescar e passaria a receber um salário mínimo por mês durante esse período em que deveria teoricamente permanecer parado na sua atividade.

Os pescadores até compreendem e assimilam bem essa determinação do Ibama, pois eles sabem que isso foi feito em seu próprio benefício. Ocorre, entretanto, que o Governo nunca sabe agir de maneira competente, séria. Além disso, há um processo de absoluta desconfiança entre Governo e sociedade, e, aqui e ali, alguns oportunistas se fazem passar por pescadores para receberem esses benefícios. Dessa forma, o Governo criou uma burocracia absolutamente impossível de ser cumprida.

E o que está acontecendo, na realidade, em quase todo o território nacional? Já tratei desse assunto aqui há algum tempo. Já trouxe do meu Estado todos os segmentos relacionados à área da pesca – e o Brasil é mundialmente um grande produtor de pescado. Eu trouxe aqui representantes, com os quais estive no Ibama. Também me reuni com eles; com o Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles; e com o representante do Ministério responsável pela área da pesca, o Sr. Rodolfo Torelly. Consegui reunir representantes do Ministério do Trabalho ligados a essa área e representantes do Ministério da Agricultura, que sequer tem uma Secretaria de Pesca. Devido à importância da pesca no Brasil, o Ministério da Agricultura deveria ter uma Secretaria de Pesca e não somente um simples Departamento de Pesca. No Brasil, já existiu a Sudepe, que foi extinta, mas hoje há apenas um simples Departamento de Pesca no Ministério da Agricultura. Quando estivemos com o Ministro da Agricultura, sugerimos a criação de uma Secretaria de Pesca e a realização de um estudo maior sobre esse setor, tão importante para a economia brasileira.

Apresentamos ao Ministro, entre muitas dificuldades, um problema que lamentavelmente continua acontecendo: o Governo, irresponsavelmente, ainda joga dinheiro fora. Se há um período de defeso, o correto é que o pescador receba o dinheiro nesse período, em que está proibido de pescar, por determinação do Ibama. Mas a burocracia do Governo é muito grande, e aqui faço um parêntese para mostrar o que ela representa.

Encaminhei um pedido de informação no dia 30 de junho de 1999 e obtive resposta do Governo a algumas perguntas, que vou aqui analisar. Perguntei,

em primeiro lugar, o seguinte: "Quais são os procedimentos adotados pelo Ministério, por meio das Delegacias do Trabalho, para que o pescador receba o seguro-desemprego no período de defeso, como garante a lei? Quais são os documentos exigidos? Qual o tempo médio de demora, após o cumprimento das exigências pelo pescador, até o efetivo recebimento do benefício?"

Veja, Sr^a Presidente, a resposta do Ministério do Trabalho:

"Após a publicação de portaria proibindo a atividade pesqueira fixada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, o pescador que exerça a sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, deverá dirigir-se a um dos Postos de Atendimento – DRTE/SINE – do Ministério do Trabalho e Emprego para requerer o benefício."

Aí está o primeiro problema: o Ibama normalmente baixa a portaria de proibição da pesca às vésperas do período de defeso. O Ibama sabe de antemão que o defeso se dá em determinado período do ano. Portanto, não custaria nada ao Ibama baixar essa portaria três, quatro ou cinco meses antes do período de defeso e fazer a devida comunicação a todas as colônias de pescadores do País. O período de defeso é diferente conforme a região e a espécie pescada. Mas o Ibama baixa a portaria às vésperas do defeso. Assim, o pescador artesanal precisa procurar uma Delegacia do Trabalho para se cadastrar.

No meu Estado, o segundo maior Estado da Nação brasileira, há 150 mil pescadores artesanais e apenas quatro Delegacias do Ministério do Trabalho. Imaginem a situação dos 143 municípios mais distantes do meu Estado! Para se ir de Itaituba a Belém, de ônibus, são três dias e meio de viagem; de Santana do Araguaia a Belém, são dois dias de viagem! E querem que os pescadores desses municípios procurem as quatro Delegacias do Estado para se cadastrarem.

Vejam o que diz o Ministério:

"Nesta fase, será exigido do pescador a apresentação da seguinte documentação: carteira de identidade;

Certidão do PIS-PASEP (ou extrato atualizado);

Registro geral do pescador que comprove três anos de registro retroativo à data do início do defeso;

Comprovante do número da inscrição de pescador;

Comprovantes de contribuições à Previdência Social; e

Atestado da Colônia.

O tempo médio de espera para o recebimento do benefício pelo pescador, depois de cumpridas as exigências, varia de 35 a 40 dias."

O pescador precisa provar que recolhe todo mês a Previdência Social, o que demonstra que esses três meses de salário que recebe correspondem a pouco mais do que o que ele obrigatoriamente tem de recolher aos cofres da Previdência Social todos os meses do ano.

Perguntei também sobre a questão dos pescadores do Pará, onde o dinheiro só chega após o período de defeso. O Ministério me respondeu:

"Sobre esse item, esclarecemos que não há atraso no pagamento do benefício dos pescadores naquele Estado, exceção das Colônias de Jacundá e Santarém."

No caso de Jacundá, houve um processo de corrupção em que até um Vereador, hoje Deputado Estadual, chamado Pio X, estava listado como pescador. Não sei se ele já foi pescador em alguma época da vida, mas seu nome constava da relação para receber o seguro-desemprego. No caso de Santarém, parece que foi dada autorização sem a comprovação daqueles três respectivos anos.

O fato, Sr^a Presidente, é que o atraso existe e continua ocorrendo ainda este ano, apesar de todo o trabalho que tive no ano de 1999. Organizamos os pescadores, realizamos seminários na Sudam, com a presença de autoridades do Ministério do Trabalho e do Ministério da Agricultura, tentando congrega, estimular e encontrar caminhos para o setor pesqueiro do nosso Estado. Trouxemos o Estado para perto deles, unimos a Escola Técnica Federal do Pará, que hoje tem um novo nome e que ensina pesca, para participar desse processo junto às colônias, junto aos chamados patrões de pesca, congregando até a pesca industrial.

O Ministro Francisco Dornelles assumiu o compromisso de que não haveria mais atraso, de que o dinheiro do trabalhador – esse dinheiro é do FAT – não seria mais jogado fora e de que o meio ambiente no nosso Estado não seria prejudicado pela burocracia do Governo Fernando Henrique.

Estive, na semana passada, em Conceição do Araguaia e, num debate com a comunidade, comum

no nosso comprometimento político, na Câmara de Vereadores daquela cidade, fui questionado sobre o tipo de trabalho que estávamos fazendo em benefício dos pescadores, porque ali, dois dias antes, haviam sido presos sete ou oito pescadores por pessoas do instituto ou da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Tocantins, que lhes tomaram todos os apetrechos de pesca. Eram pessoas pobres e pais de famílias que vivem do seu trabalho e que perderam tudo naquela ocasião, quando pescavam no rio Araguaia, na divisa do Pará com Tocantins.

Espantei-me com o fato, porque os pescadores disseram que não tinham conhecimento da determinação do período de defeso, que o Ibama não teria comunicado isso à colônia de pescadores de Conceição do Araguaia, uma das cidades históricas do sul do nosso Estado. E os pescadores continuavam lá pescando.

Perguntei aos pescadores se eles estavam recebendo o seguro-desemprego, já que pelo menos isso havia sido prometido pelo Ministro Francisco Dornelles. E a resposta foi a seguinte: "Em absoluto, Senador. Não recebemos nada até agora. Não chegou para nós o seguro-desemprego".

Mais uma vez está acontecendo o que tentamos evitar durante todo o ano. E parece que não adianta audiências, apelos e seminários, tampouco levar autoridades do Governo. Nada se resolve. Há uma incompetência generalizada em relação a essa questão.

Aqui está o levantamento da última pergunta que fiz ao Ministro Francisco Dornelles. Perguntei-lhe quantos benefícios estão sendo pagos anualmente no Brasil e quantos por Estado. É surpreendente o levantamento que tenho - S. Ex^a fornece todos os pagamentos feitos anualmente, e por Estados. Infelizmente, não tenho os dados de 1999, porque creio que a maioria não os recebeu ainda; mas sabem V. Ex^{as} quantos pescadores receberam o seguro-desemprego em 1998? No Brasil inteiro, apenas 30.975 pescadores receberam o que lhes é devido, no período de defeso, para que não pesquem.

Ora, no caso do Pará, 5.296 pescadores receberam o seguro-desemprego, de um total de 30.975. Somente no meu Estado, são 150.000 pescadores artesanais e apenas 5.296 tiveram acesso ao seguro-desemprego passado o período de defeso. Portanto, é absolutamente inaceitável a continuidade desse fato.

Quando cheguei da minha viagem, e considerando isso absolutamente inadmissível, procuramos o Dr. Rodolfo Torelly, Diretor-Adjunto do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, e protestamos, mais uma vez, pelo atraso do segu-

ro-desemprego dos pescadores do Pará. O Dr. Torelly se comprometeu a proceder imediatamente ao levantamento das pendências existentes no âmbito do Ministério, em Brasília, para providenciar, de imediato, o pagamento e o envio de uma equipe sua ao Pará. Mais uma vez irá uma equipe do Ministério ao referido Estado para verificar todos os entraves que estão acontecendo. S. Ex^a também prometeu planejar, junto com as entidades de pescadores, uma sistemática mais ágil, prática e eficiente para o pagamento do benefício.

Espero sinceramente que o Ministério do Trabalho faça o que for preciso para que esse lamentável e inaceitável atraso não venha mais a acontecer. Deixo inclusive algumas sugestões. A atividade do pescador artesanal é realmente cercada de um controle excepcional por parte do Governo. Esse cadastro a que me referi com todas as documentações é refeito anualmente, ou seja, a cada antecipação da defesa, o pescador tem que fazer tudo de novo e rerepresentar a documentação. Eles são obrigados a manter os dados atualizados no cadastro do Ibama e também no Ministério da Agricultura. Quer dizer, é o cadastro da colônia, é o cadastro do Ibama e é o cadastro do Ministério da Agricultura. São três cadastros com as mesmas informações.

O Governo, se quisesse, poderia ajudar os pescadores a trabalhar e a receber em dia o seguro-desemprego. Bastaria unificar os cadastros. Porém, se o Governo quer usar os recursos do trabalhador, se quer usar os recursos do FAT para outras aplicações, inclusive para o pagamento do serviço da dívida, que ele diga à população brasileira que não quer usar o dinheiro, que é do trabalhador, para pagar o seu seguro-desemprego; que ele o confesse, mas não crie dificuldade para cumprir a lei.

Outra solução seria treinar os dirigentes dos sindicatos e colônias de pescadores para que eles próprios fizessem o cadastro dos seus associados. Poderiam juntar toda a documentação, fazer uma primeira triagem e, depois de pronto, enviariam-no direto à DRT, onde o procedimento seria de simples conferência. Se o Governo tivesse alguma dúvida, enviaria um fiscal à respectiva cidade. O que não é possível é esperar que cada pescador saia da sua localidade para procurar, por exemplo, no nosso Estado, as únicas quatro representações do Ministério do Trabalho.

Além disso, há necessidade de se mudar o calendário de procedimentos, pois todo ano há o defeso e há o atraso. Isso gera muita dificuldade para milhares de pescadores e suas famílias.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizendo que não se trata ape-

nas de o pescador não receber seu salário no momento em que deveria parar de pescar. O fato principal – reitero o que disse aqui em outra ocasião – é que, se o pescador vive exclusivamente da pesca, não exerce outra atividade – até porque atualmente está difícil encontrar alguma atividade neste País, cuja economia está bastante paralisada; há um desemprego generalizado –, como pode parar por três meses? Que outra atividade poderá exercer? Nenhuma. A única coisa que sabe fazer é pescar. Ele cresceu e viveu pescando; conhece as regras da natureza. Se ele tem de receber o salário no momento em que se inicia o defeso, mas se não o recebe, o que vai fazer? Vai pescar, descumprindo a lei e prejudicando o seu próprio futuro. Mas é a sua necessidade de sobrevivência que está em jogo, porque, senão, vai ter de roubar.

O Sr. Romero Jucá (PSDB - RR) – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB - PA) – Ouço, com muita alegria, o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Romero Jucá (PSDB - RR) – Meu caro Senador Ademir Andrade, com este aparte, quero fazer duas observações ao consistente discurso de V. Ex.^a. A primeira diz respeito à questão operacional que V. Ex.^a levanta. Realmente não tem sentido um País como o Brasil, com a sua costa e bacia hidrográfica, ter os números de proteção mencionados por V. Ex.^a. Algo está errado. Alguma coisa não está funcionando, alguma coisa está dissociada da realidade. Quando há a dissociação da realidade da lei ou da operação do setor público, o que acontece é o que V. Ex.^a disse: a lei não é cumprida, a lei é burlada. E, na verdade, quem padece? É o meio ambiente, de um lado e, de outro lado, o próprio pescador, que é levado pelas circunstâncias a ter que descumprir a lei e, portanto, a ficar também passível das penalidades da própria lei. Esse é um fato que precisa ser corrigido. Mas o alerta de V. Ex.^a tem uma dimensão ainda maior. Na verdade, reflete a falta de uma política global para a pesca no nosso País. Poderíamos ser um dos gigantes da pesca no mundo, poderíamos ter uma capacidade de alavancagem de produto pescado de uma outra magnitude e não o temos, exatamente pela falta de priorização de algumas medidas que vão desde o financiamento do processo de pesca até o treinamento e a própria proteção do meio ambiente. Então, V. Ex.^a, com muita competência, menciona questões importantes, porque dizem respeito à nossa Região Amazônica, que é de um potencial enorme e que é, na verdade, é levada, de certa forma, a uma situação de pesca artesanal e, mais do que isso, a pesca conflituosa com

a legislação que deveria ser cumprida. Quero parabenizá-lo por ter se ajeitado e registrar ao Ministério da Agricultura que é importante repensar a política de pesca do nosso País, fortalecer os mecanismos e ter os pescadores como aliados e participantes de um esforço que pode fazer com que o pescado mais barato e em abundância chegue à mesa do povo brasileiro, que, infelizmente, come muito mal. Meus parabéns pelas colocações de V. Ex.^a

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB - PA) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

lamentavelmente, o Brasil é governado por homens que não conhecem a base, a realidade e o que realmente é importante para sua Nação. São tecnocratas e teóricos, enfim, pessoas que, desconhecendo a importância de determinadas coisas, não percebem que pequenas medidas e atitudes poderiam melhorar enormemente a economia do nosso País. Isso acontece com esse setor a que me refiro hoje e com a reforma agrária, assunto sobre o qual fiz um longo discurso.

Não se trata apenas do prejuízo do pescador que não recebe o salário, ou que o recebe depois de passado o período do defeso, ou mesmo daquele que tem os seus apetrechos de pesca apreendidos pelo Ibama por não cumprir a lei, como aconteceu em Conceição do Araguaia, no Tocantins, e em Soure, na Ilha do Marajó, onde quatro pescadores, além de terem todos seus instrumentos de trabalho apreendidos, receberam uma multa de R\$1,8 mil!

Um pescador que sobrevive com recursos da ordem de R\$200 a R\$250 mensais, quando obtém um resultado satisfatório – porque há a intermediação dos atacadistas e vende o produto barato no início da cadeia comercial – recebe uma multa de R\$1,8 mil, ao passo que, segundo informações que temos, quando um pequeno indústriário é apreendido ou multado por estar pescando fora da área que lhe é permitida, ou dentro do período de defeso, ele recebe uma multa de metade desse valor! Não dá para compreender a omissão do Governo diante dessa questão!

Antigamente havia um instituto que cuidava exclusivamente da pesca: a Sudepe. Hoje, não temos mais a Sudepe, nem de um simples departamento no Ministério da Agricultura, que nem uma secretaria é. Tempos atrás, o Brasil aprendeu a criar camarões, lagostas e ostrais, em tanques, industrialmente, mas tudo isso, finalmente abandonado por falta de incentivo e de atenção do Governo a esse setor tão importante para a economia brasileira.

Por fim, quero dizer que o próprio Brasil, com a legislação que temos hoje, está prejudicando

enormemente o potencial pesqueiro da Nação brasileira, porque se o pescador, por não ter como sobreviver e não receber o seguro-desemprego em dia, for obrigado a pescar, ele estará prejudicando a reprodução da espécie.

Precisamos, também, corrigir o número de pescadores artesanais que recebem o seguro-desemprego no País, que, como já citei, em 1996 foi de 20.089; em 1997, 29.127 e, em 1988, 30.975, quando, só no Pará, existem 150 mil pescadores artesanais. Não tenho os dados de quantos existem no Brasil, mas creio que essa diferença é astronômica e que os recursos do FAT, que são dos trabalhadores, devem ser usados em seu benefício e não desviados, como tem permanentemente feito o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna tratar de uma questão que está ocupando a mídia nos últimos meses, que diz respeito à venda de medicamentos, à CPI dos Medicamentos, criada na Câmara dos Deputados, e a algumas verdades e constatações que têm chocado a opinião pública brasileira.

Em muito boa hora, a Câmara dos Deputados empreendeu a CPI dos Medicamentos, a qual começou a levantar questões que demonstraram, de um lado, o engodo, a enganagem e a usurpação do dinheiro público, por intermédio ou de preços abusivos, ou de produtos muitas vezes sem algum tipo de componente curativo e que eram, ou que ainda são, vendidos aos milhares de brasileiros. Chegou-se ao ponto de um dos representantes das associações de farmácias classificar uma parte desses produtos BO – remédios bons para otários. Essa afirmativa, volto a dizer, chocou uma parcela significativa do nosso País.

Realmente, alguns dos produtos que são empurrados para a população brasileira têm esse tipo de conotação. Mais do que isso, Sr^a Presidente, no Senado, o Projeto de Lei nº 174, de 1999, de minha autoria, já havia tratado com dureza uma parte deles, prevendo uma regulamentação mais rígida para produtos e medicamentos vendidos por meio de propaganda de televisão, muitas vezes sem consistência técnica.

É bom lembrar que ainda hoje, apesar da CPI dos Medicamentos e do meu projeto de lei, aprovado por unanimidade no Senado e há quase um ano na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social daquela Casa, dezenas de produtos continu-

am a ser vendidos ou utilizados pela boa-fé do cidadão que vê a televisão e ouve o rádio. Esses produtos continuam ainda, enquanto não for aprovada essa lei, sem qualquer tipo de controle. Pela manhã, se ligarmos a televisão, vamos assistir a propagandas de produtos que emagrecem, que fazem crescer o cabelo, que acabam com varizes e celulites, que acabam com tudo. Enfim, prometem o céu e a terra.

Esses produtos, muitos deles importados e sem controle da Vigilância Sanitária brasileira, são vendidos e repassados à população por intermédio de concessões públicas, como o são as emissoras de rádio e televisão. Na verdade, o Poder Público, ao permitir que se engane a população anunciando-se, em concessões públicas, produtos mentirosos e que fazem mal à saúde, está sendo participante nesse processo de enganagem. Por isso, no meu projeto, aprovado pelo Senado, para que qualquer medicamento ou produto que tenha caráter curativo ou necessidade de controle seja anunciado na televisão ou no rádio, deve constar da peça publicitária o número de registro da Vigilância Sanitária que o aprovou. Hoje, isso não acontece e, assim, as televisões ajudam, em grande parte, a vender produtos BO.

Preocupado com essa questão, procurei o Relator da CPI dos Medicamentos, Deputado Ney Lopes, que, entendendo a profundidade e a urgência desse projeto, e a necessidade de se controlar a venda de medicamentos – volto a dizer, muitos deles sem controle e registro da Vigilância Sanitária – pelas televisões, está colocando no relatório daquela CPI um pedido de urgência para que a Câmara dos Deputados dê prioridade à votação do Projeto nº 174, do Senado.

Portanto, além de fazer o registro da necessidade e da urgência de sua aprovação, quero agradecer ao Deputado Ney Lopes que, sensível à necessidade da tramitação desse projeto, acaba de acatá-lo como urgente e colocará no Relatório da CPI a recomendação expressa para a sua aprovação. No entanto, enquanto esse projeto não é aprovado, fica aqui um alerta para que a Vigilância Sanitária, o Ministério da Saúde e as redes de comunicação tomem cuidado com o que é anunciado, principalmente com a propaganda paga, e que passem a exigir o mínimo de controle, como, por exemplo, o número de registro, mesmo antes de Lei vigorar, como forma de ter controle social em produtos que, constatatadamente, estão fazendo mal à saúde.

Sr^a Presidente, peço a V. Ex^a que faça parte do meu pronunciamento cópia do Projeto de Lei de minha autoria, que acabo de mencionar, bem como a menção que faço ao Deputado Ney Lopes, agrade-

cendo a S. Ex^a pela presteza em atender esse pleito e ao projeto acima mencionado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 174, DE 1999**

**Determina a exibição de registro no órgão da
Vigilância Sanitária nos produtos que especifica, e
dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os produtos medicinais, alimentícios, fórmulas, cosméticos, ou quaisquer tipos de remédios ou tratamentos que impliquem na ingestão de drogas, ou aplicações tópicas, deverão exibir, de forma clara, nas peças publicitárias veiculadas pelos meios de comunicação, a expressão "Registro na Secretaria de Vigilância Sanitária sob o número..."

Art. 2º Os produtos, referidos no art. 1º, que sejam de origem estrangeira, também ficam sujeitos à exibição do registro nos termos desta lei.

Art. 3º O descumprimento do disposto nos arts. 1º e 2º sujeitará os responsáveis pela fabricação ou comercialização do produto e pela veiculação da propaganda a multas que variam de R\$10.000,00 (dez mil reais) a R\$100.000,00 (cem mil reais), no caso de reincidência, sem prejuízo das sanções pertinentes, nos termos de legislação civil e penal vigente.

Art. 4º O Poder Executivo disciplinará esta lei, no prazo de até 60 (sessenta) dias, após a sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sociedade brasileira vem assistindo impotente à invasão diária de seus lares pela publicidade de produtos que apregoam milagres para a saúde e a higiene, como o emagrecimento definitivo em poucos dias, ou o fim da calvície, das estrias e da celulite, entre outros.

A propaganda e o comércio desses produtos movimentam cifras milionárias, mas os consumidores dificilmente obtêm os benefícios alardeados revelando o caráter enganoso dessa publicidade.

Assim, urge que o Poder Público tome medidas de proteção à saúde do consumidor, bombardeado, diariamente, por propaganda maciça nos meios de comunicação, sobre tais produtos e seus efeitos miraculosos.

Este projeto, que tenho a honra de submeter à consideração dos meus ilustres Pares, tem por escopo dar um basta a esse tipo de abuso à boa-fé dos cidadãos, impondo a exigência de que esses produtos, nacionais ou estrangeiros, sejam submetidos ao Registro da Vigilância Sanitária, a ser exibido nas peças publicitárias.

Por outro lado, prevê pesadas multas aos infratores, se tal exigência não for cumprida.

Resumidamente, esses os objetivos da proposição que, espero, mereça a acolhida dos nobres Senadores.

Sala das Sessões, 25 de março de 1999. – Senador **Romero Jucá**.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos e Iris Resende enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em pronunciamento anterior tive ocasião de referir-me à dimensão da arte e da cultura das regiões desconhecidas do Brasil – do Norte e Centro Oeste, longe dos eixos concentrados e concentradores do Rio de Janeiro e São Paulo, e mesmo de alguns outros que, graças a um extraordinário esforço, vem conseguindo participar, ainda que desproporcionalmente a seu valor, do circuito de arte e cultura nacional. Refiro-me, como exemplo desse esforço, a Salvador da Bahia e, secundariamente, a Recife e Fortaleza.

De outra parte, Sr. Presidente, refiro-me à arte e a cultura nacional do eixo Rio/São Paulo, com certa reserva.

A reserva decorre do fato de que, sendo esta região e esses dois Estados e suas capitais, especialmente detentoras das grandes redes de televisão e da grande imprensa nacional, detém nas mãos, de forma quase absoluta, o monopólio de expressão, ou de expansão da arte e da cultura nacional.

No entanto, Sr. Presidente, nobres colegas Senadores, essas redes e esse poder da imprensa não têm cumprido, na dimensão necessária, seu papel de identificar, valorizar e revelar a imensa potencialidade das culturas autenticamente regionais.

Ao contrário, têm freqüentemente servido de veículo para a desnacionalização da cultura, introduzindo valores, comportamentos e costumes alheios à cultura brasileira, às nossas tradições e ao futuro que desejamos, como sociedade, para nossos filhos.

A violência, o sexo, o gangsterismo, o materialismo e o descompromisso com os valores espirituais, substituídos pela cultura do mercantilismo, do sucesso a qualquer preço, da visão materialista do mundo, enfim, não têm sido característica, em nenhum momento e em nenhum lugar, da cultura brasileira.

Não vale o argumento da introdução desses desvios em nome da globalização ou da liberdade de expressão.

A globalização não implica na eliminação das culturas, como das economias, ou dos valores locais ou nacionais. Ao contrário, implica em seu fortalecimento e multiplicação, para que o mundo não seja um

mundo monolítico, submetido às razões dos mais fortes, onde as identidades, a criatividade, a arte sejam eliminadas, e com elas, por via de consequência, seja eliminada a sociedade pluralista, a liberdade, a capacidade de convivência de culturas múltiplas, diferenciadas, ricas, tão ricas como são as pessoas. A globalização que não se fundamenta nesse pluralismo de culturas, de economias, de identidades nacionais é uma globalização desumana e desumanizante.

No entanto, por desconhecimento, desprezo, ou interesses de toda ordem, a globalização a que nos induz a cultura manipulada da grande mídia e frequentemente das políticas oficiais que nela investe, assim não pensa, ou assim não age, promovendo, ao contrário, a cultura, a arte e os valores do materialismo, da violência, do sexo ou da droga, importados em filmes, programas, literatura e arte numa falsa e nociva caracterização da globalização.

Também não vale, Sr. Presidente, o argumento da liberdade de imprensa, ou de expressão, para promover o que é nocivo à sociedade.

Isto não tem nada a ver com a censura, mas com o senso ético e com o compromisso social, que é a essência da convivência democrática.

Como o indivíduo, em nome da liberdade pessoal, não pode fazer o que o que bem lhe apraz na sociedade e, por isto, a liberdade individual tem limites, tanto mais o tem os meios de comunicação que têm o poder de atuar globalmente sobre a sociedade, destruindo culturas, desrespeitando valores, afrontando as normas da sã convivência social. Não se pode, para isto, alegar a liberdade, e nem há que se alegar ou pregar a censura, há que se pregar sim a responsabilidade social, o compromisso com a cultura e com os valores sociais.

Há que, em seguida, democratizar os meios de comunicação e a promoção da cultura, de modo que a cultura, ou a comunicação, não sejam monopólio de alguns, ou de poucos, mas se democratize, para que a sociedade tenha acesso a esses meios e possa expressar sua cultura, seus valores, e não apenas alguns façam isto em nome de todos, falando por todos, representando a todos, e calando a voz daqueles que não têm nas mãos o poder, ou o domínio dos meios de produção cultural.

É nesse contexto que é necessário apoiar a diversidade cultural, dando chance ao pluralismo e à sociedade, independentemente de seu lugar, de seu status social ou econômico, para que se expresse, se desenvolva e promova a difusão de seus valores e de sua cultura.

Faço essas considerações nesta Casa, Sr. Presidente, no momento em que quero registrar o apoio que tem dado às culturas regionais, especialmente no Centro Oeste e em meu Estado, a Telecentro Sul Participações – Empresa de telecomunicações que atua nos Estados dessa região.

Segundo ofício da Dr^a Kátia Rocha Ribeiro – Secretária de Cultura do Estado do Tocantins – que me fez comunicação a respeito, graças ao apoio irrestrito da Dr^a Ana Rosa Hopkins, Gerente-Geral de Projetos Culturais e Comunitários da empresa, administrando as diretrizes do Presidente Henrique Sutton de Souza Neves e do Vice-Presidente Jorge de Moraes Jardim Filho, tem sido significativa a atuação da Telecentro Sul na promoção de atividades culturais na região e no Estado, especificamente.

No ano de 1999, a Telecentro Sul, a partir do 2º semestre, quando iniciou sua ação, permitiu junto com o Governo do Estado, a inclusão do Tocantins no circuito dos grandes espetáculos nacionais, bem como a produção de projetos locais, no campo do cinema, do teatro, da dança e das artes plásticas.

Como exemplo desses vários setores, pode ser citado o longa metragem de Geraldo Moraes "No Coração dos Deuses" – hoje no circuito nacional – inteiramente rodado no Tocantins; a "Performance Nacional", de Fernanda Montenegro; "Uma Farsa Irresponsável", de Nelson Rodrigues, sob a direção de Hugo Rodas; a Oficina de Formação do Ator, com Maurício de Castro, e outros tantos exemplos.

Para o corrente ano, a Telecentro Sul já acertou patrocínio de vários eventos culturais, dentre os quais o lançamento do livro Registro Fotográfico da Arte do Tocantins, a montagem e apresentação do espetáculo de dança MATAUÁ – RY, de temática indígena, encenada pelo grupo local Contagius, e o workshop sobre teatro e dança contemporânea, conduzido pelo primeiro-bailarino do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Marcelo Misaidilis.

Só esses três eventos somam recursos de quase R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o que constitui um bom exemplo de investimento da iniciativa privada no campo da arte e da cultura, direcionado à valorização da arte e da cultura brasileira nessas novas fronteiras do novo Brasil – a grande descoberta deste novo milênio – o Brasil do Norte e do Centro Oeste, o Brasil redescoberto e inserido no mundo e na globalização, sem a perda de suas raízes e da profunda identidade de seu próprio povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com profundo pesar e

tristeza compareço a esta Tribuna, para trazer ao conhecimento dos ilustres pares que faleceu ontem, às 10 horas, em Goiânia, o Professor Paulo Rodrigues de Lima, Diretor da Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas, com o qual mantive sempre um grande relacionamento de amizade.

Paulo de Lima era natural de Goiandira, tendo chegado a Goiânia, ainda muito jovem, quando seu pai, então servidor público da Estrada de Ferro Goiás, foi transferido para a Capital Goiana, principalmente para que os filhos pudessem estudar. É a vinda dessa família coroou-se de pleno êxito, com todos os filhos conseguindo cursar faculdades e ingressar no serviço público com sucesso em diversos de seus setores.

A vida de Paulo de Lima se confunde e se entrelaça intimamente com o próprio desenvolvimento educacional e cultural experimentado pelo Estado de Goiás nesses últimos 30 anos.

Poucos como ele tiveram a oportunidade de consagrar toda a sua vida, em tempo integral e dedicação exclusiva, à educação, trabalhando diuturnamente na formação de profissionais de nível superior, para suprir as necessidades do mercado de trabalho de meu Estado e, particularmente, do Centro-Oeste brasileiro, como dirigente e professor da Faculdade Anhangüera, um dos centros de ensino mais respeitáveis e importantes do sistema educacional deste País, da qual foi fundador, juntamente com outros idealistas da educação em Goiás.

Paulo de Lima fez da educação o motivo maior de sua vida e sacerdócio em que dirigiu todos os seus passos, nunca medindo esforços e sacrifícios para que o ensino oferecido pelo complexo educacional e cultural, do qual participou de forma brilhante e determinada, fosse de alto nível e à altura dos anseios e necessidades da mocidade de minha terra.

Com o seu trabalho e a sua dedicação à causa do ensino e da cultura deu notável contribuição para formação de uma base sólida para ajudar na sustentação do grande desenvolvimento sócio-econômico experimentado pelo Estado de Goiás nas últimas décadas.

Paulo de Lima, como economista e estudioso da economia goiana, era uma figura irrequieta que não se conformava com a lentidão com que se desenvolviam certas regiões do Estado de Goiás. Por isso, corajosamente, ao lado de seus companheiros da Faculdade Anhangüera, especialmente, o Prof. Sérgio Sebastião Magalhães, de saudosa memória, interiorizaram o ensino superior em Goiás, levando-o à Catalão, cujo município oferecia condições mais favoráveis à implantação de cursos superiores, contribuindo sobremodo para que a juventude, mormente os jovens de

origem mais humilde, de famílias que não podiam mantê-los como estudantes em Goiânia pudessem ter acesso à Faculdade. Essa decisão se revestia de um duplo aspecto: primeiro, o barateamento dos custos da educação; segundo, a mão de obra ali qualificada poderia ser utilizada no atendimento do mercado de trabalho local, com menores gastos para as empresas e indústrias empregadoras, onde já se instalavam algumas dessas unidades, que foram aos poucos, com um trabalho incansável dos Governos do PMDB, dos quais tive a honra de dirigir dois deles, transformando-se em significativo e importante complexo industrial que está contribuindo positivamente para o desenvolvimento daquela importante região de meu Estado e de toda a região circunvizinha.

Goiás perde não apenas um filho querido, mas um dos seus mais ilustres e dignos educadores a quem rendo a minha homenagem póstuma de amigo e companheiro de longa jornada. À família entutada, à sua esposa, Maria Amélia de Azevedo Lima, aos seus filhos, netos, irmãos, sobrinhos, demais familiares e aos amigos mais chegados endereço os meus sinceros e sentidos pêsames, rogando a Deus para que os abençoe, console e os conforte nesse momento de profunda dor.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 2 minutos.)

(OS 11381/00)

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 9, DE 2000

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante do Processo nº 002386/00-3, resolve designar a servidora CLÁUDIA MAGALHÃES PINTO CARDOSO, Matrícula nº 3815, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer, interinamente, a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Tião Viana, com efeitos financeiros a partir de 15 de fevereiro de 2000.

Senado Federal, 25 de fevereiro de 2000 – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lucio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Juca

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265
311-4552
Chefe: Marcello Varella



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÏNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSE ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE						
Presidente: NEY SUASSUNA						
Vice-Presidente: BELLO PARGA						
(27 titulares e 27 suplentes)						
PMDB						
TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
PFL						
TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JORGÉ BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5.	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB						
TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCA	RR	2111/2117	4.	LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5.	OSMAR DIAS	PR	2121/2137
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)						
TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1.	ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2.	SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3.	ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4.	MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5.	HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
PPB						
TITULAR	UF	Ramais		SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTAVIO (2)	PA	3050/4393	1.	ERNADES AMORIM	RO	2255/2257

(1) PPS retira-se do Bloco. em 5/10/1999

(2) Desfilou-se do PPB. em 15/12/1999

Reuniões: Terças-feiras as 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516-4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TAVOLA (2)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSE EDUARDO OUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) PPS retirou-se do Bloco, em 5/10/1999

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracc@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

(Horário regulamentar: Quartas-feiras às 14:00 horas)

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

PMDB
MARLUCE PINTO RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO DF-4064/65

PEL
GERALDO ALTHOFF SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES SE-4055/57

PSDB
OSMAR DIAS PR-2121/25

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)
HELOÍSA HELENA (PT) AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT) AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT) RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco. em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PEI	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) PPS retira-se do Bloco. em 5/10/1999

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jraca@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em 11/02/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**Presidente:
Vice-Presidente:**

(7 membros)

PMDB - 3

PLF - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIAO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTAVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quinças-feiras às 14:00 horas

Atualizada em 11/02/2000

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

PEL

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

PSDB

ALVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco. em 5/10/1999.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (S) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 11/02/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

		PMDB
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	
		PFL
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	
		PSDB
TEOTÔNIO VILELA (3)	AL- 4093/95	
		(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30	
		PPB
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999

(3) Licenciado em 20.01.2000

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COS
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TAVOLA (2)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
 Secretário: Marcos Santos Parente Filho
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegió de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
 Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (Cessato)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLYCY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental. Terças-feiras às 14:00 horas
21/02/2000

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em 21.02.2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) PPS reentra-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)**

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TITULO	NOME	PART	UF	GAB	PHONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTE

SENADORES

NOME	UF	GAB	PHONE	FAX	NOME	UF	GAB	PHONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	** ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8 ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos e identificadores abaixo discriminado

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não sera recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nº 1 a 6, e demais emendas constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00

**CONSTITUIÇÃO
1988**

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**. Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Projeto do Código Civil no Senado Federal

Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência 3602-1, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (codigo dv)/finalidade" com o código 0200020902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



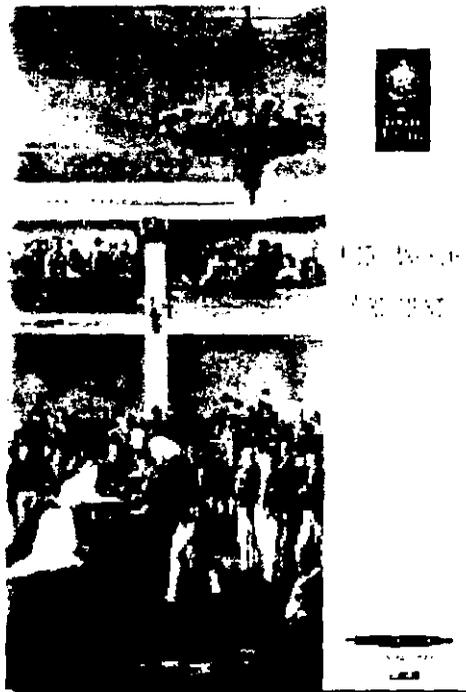
SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**. Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

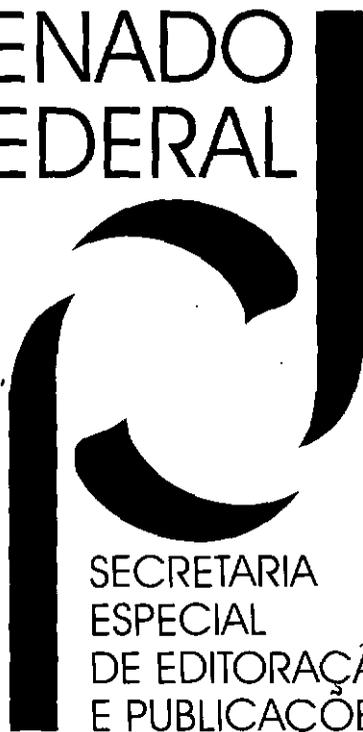
Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS